

A CRISE DA DESIGUALDADE EXTREMA NA SADC

Combater a
austeridade e
a pandemia da
COVID-19



Development
Finance
International



NORWEGIAN CHURCH AID
actalliance



OXFAM

ÍNDICE

PREFÁCIO	3
RESUMO	4
RESUMO EXECUTIVO	5
1 A DESIGUALDADE E A PANDEMIA DA COVID-19 NA SADC	7
1.1 Desigualdade na SADC antes da COVID-19	7
1.2 O impacto da COVID-19 na pobreza e na desigualdade	9
1.3 Os países da SADC não estavam preparados para a crise	11
1.4 Respostas dos governos à pandemia	13
1.5 Impacto da crise da dívida na desigualdade	14
1.6 A resposta do FMI e do Banco Mundial	17
1.7 O retorno da austeridade	19
2 O COMPROMISSO DE REDUZIR O ÍNDICE DE DESIGUALDADE 2020	23
3 DESEMPENHO GERAL DOS ESTADOS MEMBROS DA SADC EM TERMOS DE CRI	25
4 OS SERVIÇOS PÚBLICOS DOS PAÍSES DA SADC ESTÃO A REDUZIR A DESIGUALDADE?	27
4.1 Educação	28
4.2 Saúde	29
4.3 Proteção social	30
4.4 Impacto dos serviços públicos na desigualdade	31
4.5 Despesas agrícolas com pequenos proprietários e alimentos	31
5 OS SISTEMAS FISCAIS DOS PAÍSES DA SADC ESTÃO A REDUZIR A DESIGUALDADE?	34
5.1 Progressividade das políticas fiscais no papel	35
5.2 Cobrança fiscal	38
5.3 Impacto dos impostos na desigualdade	39
6 As políticas de trabalho dos países da SADC estão a reduzir a desigualdade?	41
6.1 Políticas de trabalho	42
6.2 Cobertura dos direitos dos trabalhadores	44
6.3 Impacto na desigualdade salarial	45
7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
7.1 As recomendações mais urgentes	47
7.2 Recomendações de médio prazo para os governos	47
7.3 Recomendações para a SADC	49
7.4 Recomendações para a comunidade internacional	49
ANEXO 1	50
NOTAS	51

Lendo este documento

Para ler o conteúdo de qualquer página do documento clique na secção desejada. Para retornar a página anterior, clique no guia verde no canto superior esquerdo da página.

PREFÁCIO: REFLEXÕES DA FÉ SOBRE A DESIGUALDADE: A IGUALDADE É UMA MENSAGEM DIVINA

Desde o início da história, a pobreza e a privação humana foram reconhecidas como os desafios e restrições mais centrais para o desenvolvimento da sociedade humana e dos seres humanos. Paralelamente, está a questão da riqueza, a sua criação, posse, distribuição e a nossa atitude em relação a ela.

Os ensinamentos teológicos dizem-nos que todos os seres humanos são criados à imagem de Deus. Para Ele, somos iguais. Mas vemos que as disparidades entre ricos e pobres em muitas partes do mundo, inclusive na África Austral, têm vindo a aumentar significativamente. Cada vez menos pessoas estão a tornar-se mais “bem-sucedidas” e “ricas”, enquanto uma população desproporcionalmente grande está a tornar-se ainda mais pobre. Ironicamente, isto está a acontecer num mundo que Deus abençoou com abundância, suficiente para permitir que cada alma viva na terra tenha uma vida decente e confortável.¹ Mahatma Gandhi disse um dia: “O mundo tem o suficiente para as necessidades de todos, mas não para a ganância de todos”.²

Como vice-gerentes de Deus na terra,³ os seres humanos são administradores da criação, que têm de usar para promover o bem público. Mas abandonámos a orientação divina e adotámos sistemas que são egocêntricos e promovem o materialismo. Sistemas que recompensam a corrupção, a especulação e a preguiça em detrimento do trabalho árduo, da inovação e da criatividade. Sistemas que se orgulham de fazer com que algumas pessoas dominem outras, sustentando relacionamentos escravo-mestre. O sistema económico atual mantém as desigualdades, permitindo que alguns capturem riqueza e forcem milhões de pessoas a viver em privação. A desigualdade alimenta a pobreza. Provoca violência e insegurança. Nega a milhões de pessoas o direito de viver uma vida plena com dignidade. A desigualdade desafia as nossas sociedades como as conhecemos atualmente.

Eradicar a pobreza e criar sociedades economicamente equivalentes, prósperas e justas requer os esforços coletivos dos privilegiados e menos privilegiados, sendo solidários uns com os outros, unidos no objetivo comum de remover a humanidade da escravidão para sermos servos orgulhosos e dignos do único Deus verdadeiro. Reconhecemos a responsabilidade primária dos estados de proteger os seus cidadãos, cumprindo os direitos humanos e garantindo proteção social para todos. Também entendemos que a tributação é um instrumento fundamental para reduzir a desigualdade, através da redistribuição da riqueza e do financiamento do bem comum, para que todos possam viver vidas dignas e para que a responsabilidade do Estado perante os cidadãos seja mantida.⁴ Como pessoas de fé, temos séculos de experiência na resposta às necessidades das pessoas. Fornecemos cuidados de saúde e educação e agimos quando surgem crises humanitárias. Enquanto líderes religiosos, trazemos esperança e rumo. Manifestamo-nos contra a pobreza, injustiça e desigualdade.

Agora, pedimos aos governos dos países da África Austral e outros países terceiros que leiam este relatório e se comprometam em reduzir a desigualdade. Juntamente com movimentos de pessoas de todo o mundo, juntamos as nossas vozes à procura por uma redistribuição mais justa da riqueza, justiça de género e proteção social como uma questão de justiça e direitos humanos.

Assinado por representantes de comunidades religiosas da África Austral:

Nelson Kisare, Bispo da Igreja Menonita da Tanzânia e Presidente do Interfaith Standing Committee for Economic Justice and the Integrity of Creation (ISCEJIC)

Rev. Fr. Henry Saindi, Secretário-geral da Conferência Episcopal do Malawi

Sheikh Yussuf Ayami, Líder de equipa, Iniciativas de Desenvolvimento Familiar, Zâmbia

Fr. Alex Muyebe, S.J. Diretor-executivo – Jesuit Centre for Theological Reflection (JCTR), Zâmbia

Rev. Canon Emmanuel Chikoya – Secretário-geral, Conselho de Igrejas na Zâmbia

Rev. Dr. Daniel Ntoni-a-Nzinga – Presidente da Tchota (Movimento Nacional de Recursos Naturais), Angola

RESUMO

A pandemia da COVID-19 agravou a extrema desigualdade nos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e conduziu milhões à pobreza. A crise económica continua devido à obscena desigualdade global da vacina. No final de março de 2022, 14% dos cidadãos da SADC estavam totalmente vacinados contra a COVID-19, em comparação com 65,5% nos Estados Unidos e 73% na União Europeia.⁵

Em 2021, com o aumento das infeções na SADC, os programas críticos de saúde, proteção social e economia implementados pela maioria dos governos em 2020 foram revertidos e substituídos por austeridade, no contexto de crescentes encargos da dívida e falta de apoio externo aos orçamentos dos países. Essa austeridade foi integrada nos programas do FMI na região.

A recuperação da pandemia, no entanto, oferece aos governos da SADC uma oportunidade, única numa geração, de fazer o que seus cidadãos desejam: aumentar os impostos sobre as grandes e ricas empresas, aumentar os gastos públicos (especialmente no que diz respeito à saúde, educação e proteção social) e aumentar os direitos dos trabalhadores, bem como lidar com o desemprego e o trabalho precário. Com apoio externo, inclusive por meio de alívio da dívida e apoio, poderiam reduzir drasticamente a desigualdade e eliminar a pobreza extrema até 2030.



RESUMO EXECUTIVO

Em 2018, a Development Finance International (DFI) e a Oxfam alertaram para o facto de a África Austral ser a região mais desigual no Mundo, destacando que alguns dos seus governos perceberam a necessidade de tomar medidas mais fortes para reduzir a desigualdade.⁶ Em 2022, utilizando a sua estrutura de Compromisso com a Redução do Índice de Desigualdade (CRI), este relatório da DFI, Norwegian Church Aid (NCA) e Oxfam constata que muitos governos membros da Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (SADC)⁷ têm vindo a mostrar um compromisso considerável para combater a desigualdade, mas ainda estão longe de compensar a enorme desigualdade produzida pelo mercado e exacerbada pela pandemia da COVID-19.

Embora a indústria extrativa contribua com cerca de 10% do PIB da SADC, 25% das exportações regionais, cerca de 7% do emprego direto e 20% das receitas do governo nacional,⁸ o setor tem muitas vezes exacerbado a desigualdade e a pobreza. Isto deve-se, em grande parte, a mecanismos limitados para promover a participação pública ao longo da cadeia de valor das indústrias extrativas, desde a negociação/licenciamento de contratos e a livre participação prévia e informada da comunidade, levando a conflitos e expulsões, corrupção e captura estatal, tributação injusta, fluxos financeiros ilícitos e contrabando.

Antes da pandemia, os estados membros da SADC estavam, em média, 33% atrás dos seus colegas do norte de África nas suas pontuações CRI e estavam também a fazer menos de metade, assim como os países com melhores resultados a nível global. Os governos da SADC tiveram um desempenho relativamente bom na tributação progressiva, mas isso não se traduziu na distribuição de serviços públicos por pessoas que vivem em condições de pobreza, e os direitos do trabalho permaneceram inadequados. Vários países membros da SADC (África do Sul, Namíbia, Eswatini, Botswana e Seychelles) foram duramente atingidos pela pandemia (com as taxas de mortalidade entre as 64 piores do mundo), e as taxas de infeção e mortalidade em toda a região aumentaram significativamente entre abril e meados de agosto de 2021. É também cada vez mais evidente que a pandemia é a pior crise económica da região em décadas, levando milhões de pessoas à pobreza e exacerbando a desigualdade. A crise continua devido à obscena desigualdade global de vacinas, o que significa que apenas 14% dos cidadãos da SADC haviam sido totalmente vacinados no final de março de 2022.⁹

O impacto económico imediato da pandemia foi impressionante, com a perda de 80 mil milhões de dólares em PIB¹⁰ e 35,5 milhões de empregos (26% dos empregos no final de 2019) para a SADC, de acordo com um estudo.¹¹ Estudos de seis países demonstraram que mais de 60% dos cidadãos perderam rendimentos ou trabalho devido à COVID-19.¹²

Em toda a região, a austeridade está a ser introduzida em muitos países no momento exato em que as infeções por COVID-19 estão a aumentar. Devido ao espaço fiscal limitado, nove governos recuaram nos gastos em 2021. Em toda a SADC, os orçamentos foram reduzidos em 12,1 mil milhões de dólares¹³, bem mais do dobro do valor (5,1 mil milhões de dólares) que custaria comprar e entregar vacinas para todos os cidadãos da SADC.¹⁴ Os dados para 2022–26 mostram planos para reduzir os gastos públicos em 30,2 mil milhões de dólares, o equivalente a um corte anual de 6 mil milhões de dólares para cada um dos cinco anos, em comparação com 2021.¹⁵ Isso seria dinheiro suficiente para os governos aumentarem as despesas de saúde em 28%, da média atual de 177 dólares per capita para 226 dólares per capita, e mantê-las nesse nível até 2026.¹⁶

Para alguns dos países mais afetados, a escala de austeridade é assustadora. Por exemplo, os cortes planeados pelo governo da Zâmbia em 2022-26 equivalem a cinco vezes o seu orçamento anual de saúde; no Malawi, Moçambique e Seychelles, equivalem ao dobro dos seus orçamentos de saúde.¹⁷ A redução dos orçamentos públicos nessa escala quase certamente não será suficiente para reverter o aumento da desigualdade gerada pela pandemia e impedirá os grandes aumentos nos gastos sociais necessários para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

O perigo da austeridade é agravado por outro efeito da pandemia: o rápido aumento da dívida. Os governos tiveram de restringir os gastos sociais devido ao aumento dos pagamentos do serviço da dívida. Mesmo antes da pandemia, o serviço da dívida estava a atingir níveis astronómicos na maioria dos países da SADC, com os governos a gastar em média quase três vezes mais em serviço da dívida interna e externa do que em saúde. Em 2020–21, o serviço da dívida levou, em média, 42,2% das receitas do governo na SADC. As iniciativas de suspensão da dívida promulgadas pelos países do G20 em 2020–21 provaram ser lamentavelmente inadequadas.

A combinação de cortes orçamentais, aumento da dívida e uma recuperação lenta devido à desigualdade global da vacina corre o risco de elevar a crise de desigualdade da SADC a novos patamares.

No entanto, não tem de ser assim (consulte o **Capítulo 7** para recomendações). O aumento das receitas fiscais tem um enorme potencial para financiar programas governamentais para reduzir a desigualdade. Se os governos da SADC aumentassem as suas receitas fiscais em apenas 1% do PIB nos próximos cinco anos (2022–26), os governos arrecadariam 44,3 mil milhões de dólares adicionais ou uma média de 8,9 mil milhões de dólares por ano. Isso seria suficiente para fornecer educação de qualidade a quase 15 milhões de crianças do ensino primário todos os anos.¹⁸

Os governos podem aumentar esta receita de formas progressivas que ajudam a combater a desigualdade, aumentando as taxas de imposto sobre o rendimento e cobrança e reforçando os impostos sobre o património. Isto também compensaria os enormes ganhos de rendimento e património das pessoas mais ricas da África Austral durante a pandemia. Por exemplo, os cinco homens mais ricos da região viram a sua riqueza aumentar em 3,2 mil milhões de dólares nos primeiros 19 meses da pandemia, o que é mais do que os fundos necessários para vacinar totalmente 60% dos cidadãos da SADC.¹⁹ Estudos de oito países da SADC demonstram que mais de três quartos dos cidadãos acham justo tributar mais os ricos para financiar programas que beneficiam as pessoas que vivem na pobreza.²⁰ A indústria extrativa poderia desempenhar um papel enorme no aumento das receitas necessárias para as despesas nos setores a favor dos pobres. A África Austral precisa de um “estado de desenvolvimento” que deixe de ser um fornecedor de condições favoráveis para investidores (em grande parte estrangeiros) e passe a ser um regulador e um ator económico que possa afetar a redistribuição e facilitar a realização da igualdade.

Também é de vital importância que as receitas fiscais sejam gastas de forma transparente nos serviços públicos que mais reduzem a desigualdade (educação, saúde, proteção social e agricultura produtora de alimentos para pequenos agricultores). No entanto, a maioria dos estados membros da SADC tem ficado muito aquém dos gastos necessários para alcançar os ODS para cobertura universal de educação, saúde e proteção social e as metas do Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP) para despesas agrícolas.

Há um limite para o que os orçamentos governamentais podem fazer para reduzir a desigualdade extremamente alta produzida pelos mercados de trabalho. Muitos países da SADC estão entre os que têm a maior desigualdade salarial do mundo e altos níveis de desemprego, emprego informal e vulnerável que priva os trabalhadores (especialmente as mulheres) dos direitos do trabalhador. Os governos terão de trabalhar mais para ampliar e fazer valer os direitos do trabalhador e combater as causas estruturais da desigualdade, nomeadamente no acesso a ativos como a terra e os serviços financeiros.

Comparações estatísticas com índices de governança global (Índice de Percepção de Corrupção e Índice de Orçamento Aberto) mostram fortes correlações entre baixa corrupção, orçamentos transparentes e alto compromisso com o combate à desigualdade, especialmente na SADC, pelo que as políticas antidesigualdade têm de ser acompanhadas por medidas anticorrupção e de transparência orçamentária de forma a alcançar o sucesso.

Organismos regionais como a SADC e a comunidade internacional em geral também podem ajudar a afastar os países do caminho destrutivo da austeridade, rumo a uma recuperação inclusiva e ampla. O FMI e o Banco Mundial, em particular, precisam de incentivar aumentos progressivos de impostos, medidas para combater a evasão fiscal, maior financiamento para serviços públicos e melhores direitos do trabalho e proteção social. Para evitar a austeridade e libertar dinheiro para gastos sociais, a comunidade internacional precisa de proporcionar muito mais financiamento, através de alívio urgente e ambicioso da dívida e mais apoio. Também vale a pena considerar as emissões regulares de Direitos de Saque Especiais do FMI na próxima década.

Os esforços dos governos da SADC para reduzir a pobreza e a desigualdade foram influenciados pela pandemia da COVID-19, e a austeridade pós-pandemia veio tornar isso muito pior. Ainda não é tarde demais para mudar de direção. Ao aumentar os impostos sobre aqueles que podem pagar mais, e receber alívio urgente da dívida e financiamento externo, os países da SADC podem gastar mais em serviços públicos e melhorar os direitos dos trabalhadores. Além disso, os benefícios da indústria extrativa devem ser equitativamente partilhados através do financiamento dos orçamentos nacionais para a prestação de serviços essenciais, cujo estado deplorável foi exposto pela pandemia da COVID-19, bem como de setores produtivos como a agricultura que acolhe a maior parte da população da região. Isto irá permitir-lhes vencer a austeridade e proteger melhor as suas populações contra futuras pandemias: mas isso só acontecerá se os governos, as instituições regionais e a comunidade global aumentarem drasticamente os seus compromissos de reduzir a desigualdade até 2030.

1. A DESIGUALDADE E A PANDEMIA DA COVID-19 NA SADC

A Oxfam, a Norwegian Church Aid (NCA) e a Development Finance International (DFI) produziram este relatório para incentivar os governos membros da Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (SADC)²¹ a ampliar os seus esforços para reduzir a desigualdade.

O **Capítulo 1** avalia como a pandemia da COVID-19 está a exacerbar as altas desigualdades existentes na SADC e como os governos da região responderam. Também considera o impacto da pandemia nos níveis de dívida e os conselhos do FMI e do Banco Mundial.

O **Capítulo 2** apresenta o Índice de Compromisso com a Redução da Desigualdade (CRI) 2020, que analisa e classifica 158 países no seu compromisso com a redução da desigualdade, tanto no papel como na prática.

O **Capítulo 3** analisa o CRI para a SADC como uma região. Os **Capítulos 4 a 6**, por sua vez, analisam os países prioritários nos três pilares do CRI: serviços públicos, tributação e políticas de trabalho.

O **Capítulo 7** fornece recomendações sobre a recuperação pós-pandemia: para que os governos da SADC introduzam fortes políticas antidesigualdade para reduzir a lacuna entre pessoas ricas e pobres e para que as instituições regionais e a comunidade internacional as apoiem.

1.1 DESIGUALDADE NA SADC ANTES DA COVID-19

A África Austral é a região mais desigual do mundo. As **Figuras 1 e 2** mostram, respetivamente, as duas formas mais comuns de medir a desigualdade: o coeficiente de Gini, um número entre 1 (desigualdade total) e 0 (igualdade total) com base na distribuição de rendimentos,²² e o rácio de Palma, que compara os rendimentos dos 10% superiores e 40% inferiores.²³ Os países da SADC têm um desempenho semelhante em ambos os indicadores, com África do Sul, Namíbia e Zâmbia como as mais desiguais, e Maurícias, Tanzânia e República Democrática do Congo (RDC) como as menos.

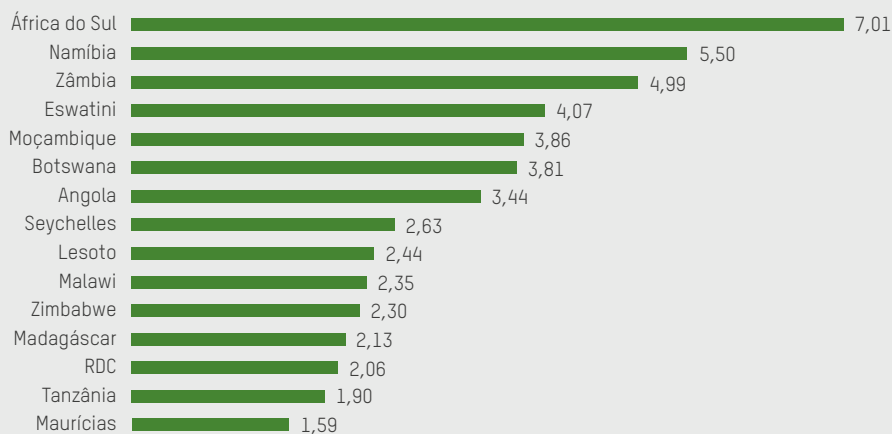
Na SADC, encontram-se os três países mais desiguais do mundo (África do Sul, Namíbia e Zâmbia) e outros 3 dos 10 mais desiguais (Eswatini, Moçambique e Botswana). Todos os estados membros da SADC, exceto a Tanzânia e as Maurícias, estão entre os 50 países mais desiguais. Embora os países da SADC tenham visto um crescimento económico impressionante nas últimas duas décadas e reduções significativas na pobreza em 11 países, pelo menos metade viu uma lacuna cada vez maior entre as pessoas mais ricas e as mais pobres.²⁴

Essa desigualdade reduz o crescimento económico²⁵ e piora a saúde e outros resultados para as populações.²⁶ A **Figura 1** também mostra que o coeficiente de Gini em todos os países excede 0,27, o nível em que o FMI estima que a desigualdade prejudica o crescimento.²⁷

FIGURA 1: COEFICIENTES DE GINI DE RENDIMENTO DA SADC



FIGURA 2: RÁCIOS DE PALMA DE RENDIMENTO DA SADC

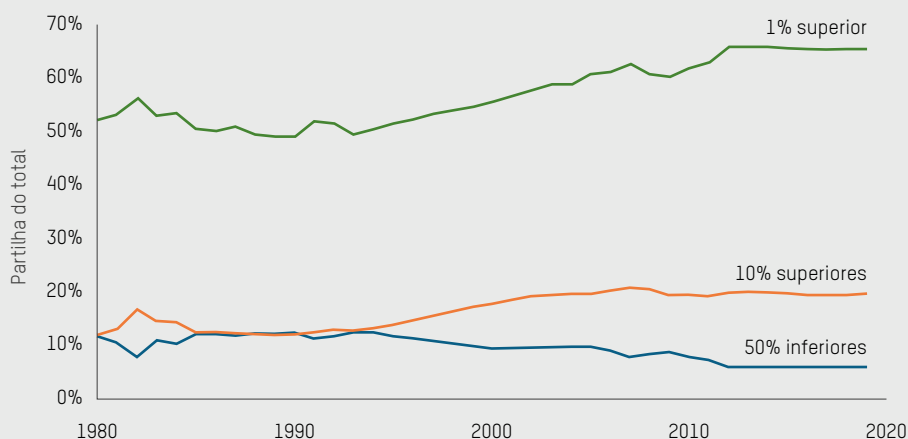


Fonte para ambos os gráficos: UNDP (n.d.) Base de dados nacional dos Relatórios de Desenvolvimento Humano.²⁸ Os anos de dados variam de acordo com o país e pertencem às últimas investigações internas realizadas por cada governo.

Em alguns países, a concentração de riqueza levou a um grupo pequeno, mas crescente, de pessoas extremamente ricas e uma maioria que luta para satisfazer as suas necessidades mais básicas, como educação de qualidade, saúde e empregos decentes. Os 10% mais ricos ganham cerca de 60% do rendimento nacional em oito países e 50% nos outros sete. Em todos os países da SADC, os 1% superiores ganham mais de 14% do rendimento nacional, subindo para 25% em Angola, Malawi e Moçambique.²⁹

A desigualdade de rendimentos tem aumentado na África Austral (excluindo a Tanzânia e a RDC) nos últimos 30 anos. Como mostra a **Figura 3**, entre 1990 e 2019, a participação no rendimento antes de impostos dos 10% mais bem pagos cresceu em um terço, de 49% para uns impressionantes 65%. Em contrapartida, a participação no rendimento antes de impostos dos 50% mais pobres caiu mais de 50%, de 12,2% para uns alarmantes 5,9% – o declínio mais acentuado em qualquer região de África.³⁰ Na Tanzânia, a desigualdade também aumentou acentuadamente, com a participação nos rendimentos dos 1% superiores a aumentar mais de metade, para 18%, enquanto a dos 50% mais pobres caiu em um quinto, para apenas 13%. Por outro lado, a desigualdade permaneceu estável (embora de um ponto de partida muito alto) na RDC.

FIGURA 3. DESIGUALDADE DE RENDA NA AFRICA SUB-SARIANA
(ANTES DO IMPOSTO), 1980-2019



Source: World Inequality Database

Na África Austral, enquanto a diferença de rendimentos racial diminuiu desde o fim do apartheid em 1994, a desigualdade de rendimentos aumentou. Entre 1993 e 2019, os 10% mais bem pagos viram a sua participação nos rendimentos antes de impostos aumentar de 46% para 65%.³¹ Os rendimentos antes de impostos dos 1% superiores cresceu 82%, enquanto a dos 50% mais pobres caiu mais de 145%.³² O poder económico dos indivíduos super-ricos do país também atingiu níveis extremos. Por exemplo, a pessoa mais rica da África do Sul, Nicky Oppenheimer, poderia dar-se ao luxo de sustentar mais de 3 milhões de trabalhadores com o salário mínimo nacional a partir do rendimento que recebe todos os anos sobre o seu património.³³

1.2 O IMPACTO DA COVID-19 NA POBREZA E NA DESIGUALDADE

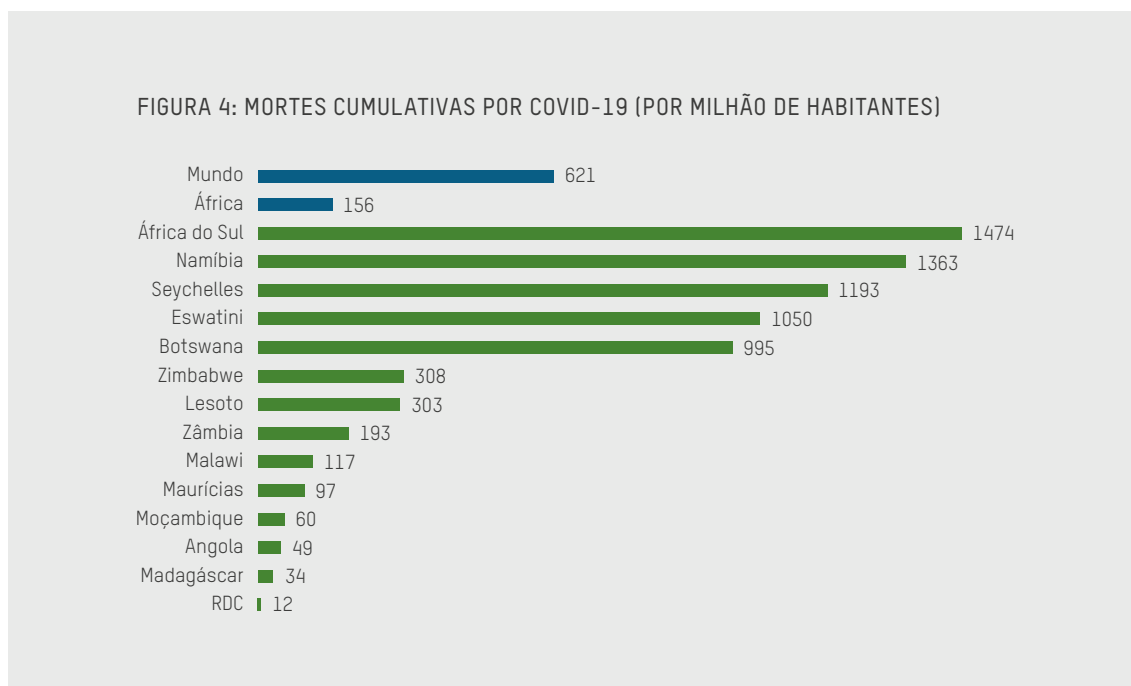
O FMI, a³⁴ ONU³⁵ e o Banco Mundial³⁶ manifestaram inquietação pelo facto de a pandemia vir a aumentar drasticamente a desigualdade e a pobreza.³⁷ O Banco Mundial estima que a pandemia possa levar 51 milhões de pessoas na África Subsaariana à extrema pobreza, elevando o total para 491 milhões (42,1% da população) até ao final de 2021.³⁸ Como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) indicou,³⁹ a maioria das pessoas em situação de pobreza extrema tem níveis mais baixos de educação e menos ativos; tem empregos vulneráveis, empregos informais ou pouco qualificados; ou já estava em situações precárias (por exemplo, afetada por pragas de gafanhotos ou seca). Estes grupos estão mais expostos à COVID-19 porque geralmente trabalham em setores de contacto intensivo, como retalho, ou em atividades de produção com mão de obra intensiva, com menos oportunidades de se distanciar socialmente ou trabalhar a partir de casa. Mulheres e famílias chefiadas por mulheres representarão uma grande proporção desses novos pobres.

O BAD apontou para um conjunto de consequências secundárias da pandemia que podem piorar ainda mais a pobreza e a desigualdade a longo prazo. Isto inclui:

- encerramento prolongado de escolas, acentuando as desigualdades de aprendizagem e as taxas de abandono escolar (especialmente para as pessoas mais pobres e para as meninas);
- interrupções nos serviços de saúde não pandémicos e capacidade reduzida de pagar pelos cuidados de saúde, prejudicando os tratamentos para outras doenças; e
- perdas desproporcionalmente altas de emprego e rendimentos entre as mulheres que degradarão o capital humano por meio da redução do investimento na saúde, nutrição e educação das crianças.

Por outro lado, o boom global do mercado de ações viu a riqueza dos multimilionários aumentar em 5,5 bilhões de dólares entre 18 de março de 2020 e o final de julho de 2021.⁴⁰ Como tal, o FMI sugeriu que a COVID-19 poderia aumentar a desigualdade nos países com rendimentos mais baixos (um grupo que inclui todos os países neste relatório), conforme medido pelo coeficiente médio de Gini, em mais de 6%.⁴¹ O Banco Mundial indicou que o aumento da pobreza devido à COVID poderia levar mais de uma década a ser revertido, eliminando toda a esperança de os países cumprirem as suas metas do plano nacional de desenvolvimento para reduzir a pobreza e a desigualdade até 2030. Contudo, se os países agirem de forma decisiva contra a desigualdade, o impacto da crise poderá ser revertido em apenas três anos.⁴²

Como mostra a **Figura 4**, vários países membros da SADC (África do Sul, Namíbia, Eswatini, Botswana e Seychelles) foram duramente atingidos pela pandemia (com taxas de mortalidade muito acima da média global), mas as mortes nos outros países foram muito menores.



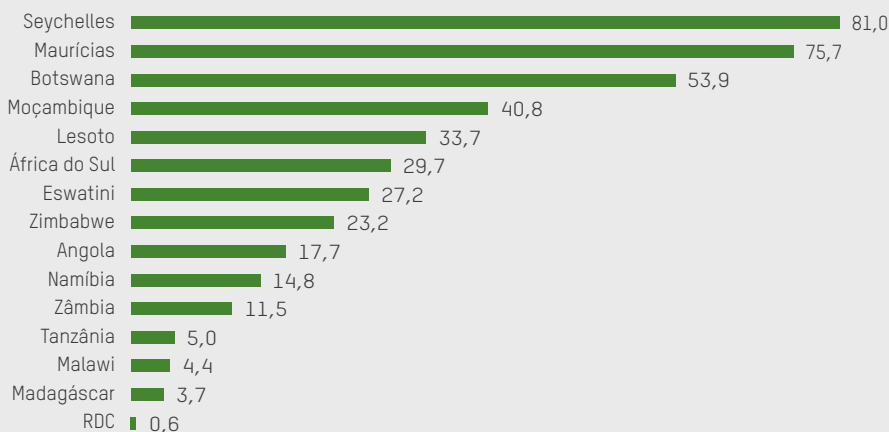
Fonte: Our World in Data (2022, 30 de março).⁴³

Os estados membros da SADC também sofreram enormes consequências económicas da pandemia. Estimamos que a perda económica do crescimento inferior ao esperado na região tenha sido de 80 mil milhões de dólares em 2020, o que equivale a cerca de 220 dólares por cada cidadão da SADC.⁴⁴ O FMI estima que a SADC tenha sido a região mais atingida em África, com um declínio de 4,7% no PIB real em 2020. Apenas a Tanzânia e, marginalmente, o Malawi conseguiram manter um crescimento positivo em 2020, sendo as Maurícias (-14,9%), as Seychelles (-12,9%), o Botswana (-8,5%), o Zimbabué (-4,1%), a Namíbia (-8%) e a África do Sul (-6,4%) os mais atingidos.⁴⁵

O choque económico resultante da pandemia não se reflete apenas em indicadores económicos como o PIB. Está a ser sentido no dia a dia dos cidadãos em toda a SADC, e sê-lo-á nos próximos anos. Por exemplo, um estudo realizado pela Gallup no final de 2020 e início de 2021 mostrou que, em média, mais de 60% dos cidadãos em seis países da SADC (Maurícias, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) relataram perda de rendimento trabalho, entre os maiores impactos no trabalho e nos rendimentos observados globalmente.⁴⁶ Noutro estudo com quatro países da SADC, 30% dos cidadãos relataram a perda dos seus empregos ou negócios por completo.⁴⁷ Um estudo sobre o impacto da COVID-19 no emprego mostrou que cerca de 35,5 milhões de pessoas nos países da SADC perderam empregos em 2020 devido à COVID-19, o equivalente a 26% dos números de emprego de 2019.⁴⁸ RDC, Madagáscar e Tanzânia foram os mais atingidos, com mais de cinco milhões de empregos perdidos em cada país.

A perda de empregos e rendimentos deixou milhões em situação de pobreza. Em alguns países, a pandemia será responsável por grandes aumentos na pobreza se as políticas atuais não forem drasticamente alteradas.

FIGURA 5: PESSOAS TOTALMENTE VACINADAS (% DA POPULAÇÃO)



Fonte: Our World in Data. <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

Por exemplo, a ONU estima que a pandemia resultará em mais 11 milhões de pessoas em situação de pobreza na RDC até 2030 e quase 3 milhões em Angola.⁴⁹ A perspectiva da região de alcançar a sua agenda 2030 e a Agenda 2063 parecem significativamente inalcançáveis, uma vez que o atual ritmo de progresso é inadequado devido à pandemia.

O crescimento mais baixo continuou em 2021 e pode manter-se até 2022, embora a sua gravidade dependa em grande parte da distribuição global das vacinas contra a COVID-19, que tem sido surpreendentemente lenta na maioria dos países da SADC.⁵⁰ Como mostra o Número 5 apenas as Seychelles, as Maurícias e o Botswana vacinaram mais de 50% da sua população, tendo quatro países vacinado menos de 10%.⁵¹ Como resultado, em parte, o FMI estima que o PIB da SADC crescerá apenas 2,7% em 2021.⁵²

Embora a maioria dos cidadãos da SADC tenha sofrido com a pandemia e os seus efeitos, a história é diferente para as pessoas mais ricas da região. Os cinco homens mais ricos da SADC – três na África do Sul e um na Tanzânia e no Zimbabwe – viram a sua riqueza expandir de 13,5 mil milhões de dólares em março de 2020 para 16,7 mil milhões de dólares em setembro de 2021. Este aumento é mais do que suficiente para financiar um programa completo de vacinação para mais de 60% dos 363 milhões de pessoas da SADC.⁵³

1.3 OS PAÍSES DA SADC NÃO ESTAVAM PREPARADOS PARA A CRISE

A COVID-19 expôs o quão lamentavelmente despreparados para uma pandemia cerca de metade dos estados membros da SADC estavam. Como mostram as **Figuras 6 a 9**, muitos países tinham:

- acesso limitado a serviços essenciais de saúde, alcançando menos de 50% da população em sete países e forçando 5,4% das pessoas a gastar proporções catastróficas (ou seja, mais de 10%) dos seus rendimentos em cuidados de saúde em toda a região. Esses indicadores pobres refletiram baixos compromissos com as despesas de saúde, representando menos de 10% dos orçamentos governamentais na Zâmbia, Moçambique, Malawi, Madagáscar e Tanzânia;
- acesso muito variável aos benefícios de proteção social (utilizando a cobertura de pensão como proxy), com oito países abrangendo menos de 20% das suas populações.⁵⁴ Os gastos com proteção social representaram apenas 12,8% dos orçamentos governamentais, em média, e menos de 10% em Eswatini, Madagáscar, Botswana, Malawi, Moçambique e RDC; e
- baixas proporções de trabalhadores com contratos e direitos formais (e, portanto, acesso a salários por doença, proteção do trabalho, etc.), sendo que menos de 40% têm esses direitos no Malawi, Zimbabwe, Angola, RDC, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique e Madagáscar.

- O agravamento da segurança alimentar agravado pela subida dos preços dos alimentos básicos em todos os países da SADC.

Em resumo, quando foi declarada a pandemia da COVID-19, os cidadãos de metade dos países da SADC tinham acesso inadequado aos cuidados de saúde e não tinham proteção social e direitos do trabalho para lidar com a situação.

FIGURA 6: COBERTURA DE PENSÃO (% DA POPULAÇÃO, 2019)

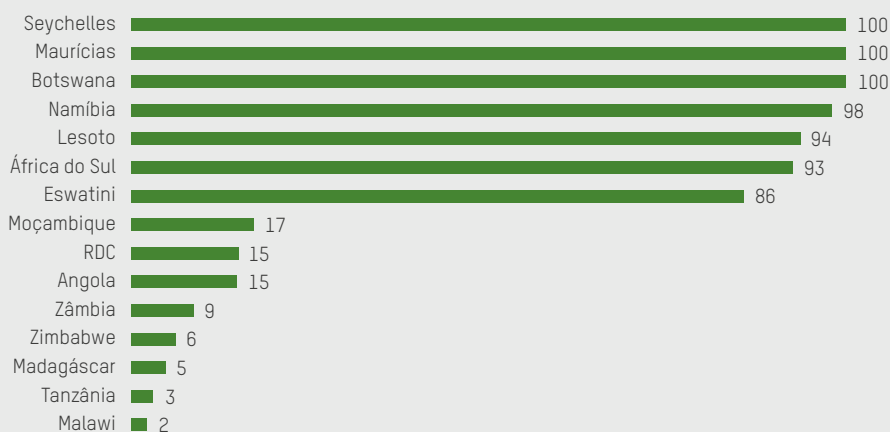
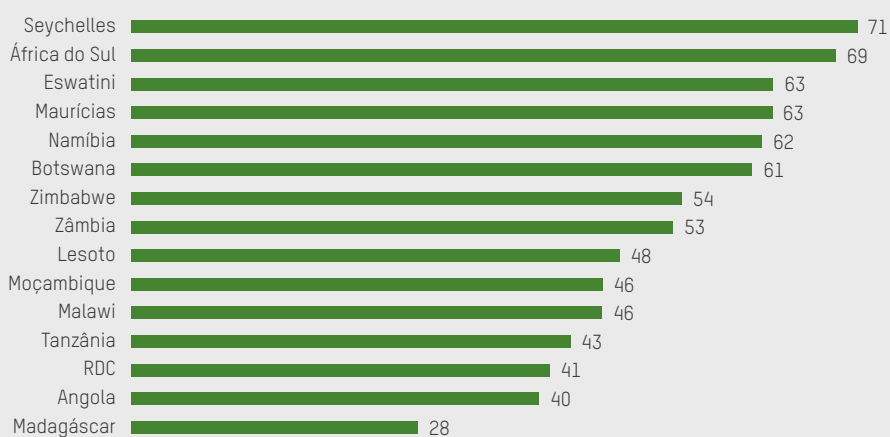


FIGURA 7: COBERTURA DE SAÚDE (% DA POPULAÇÃO, 2019)



Fontes: Todos os gráficos baseados na base de dados de 2020 de CRI.

FIGURA 8: DESPESAS DE SAÚDE CATASTRÓFICAS E DIRETOS (% DA POPULAÇÃO, 2019)

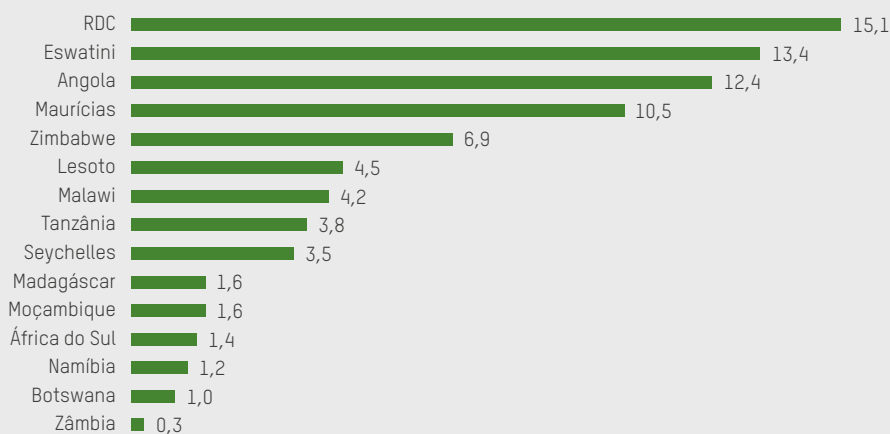
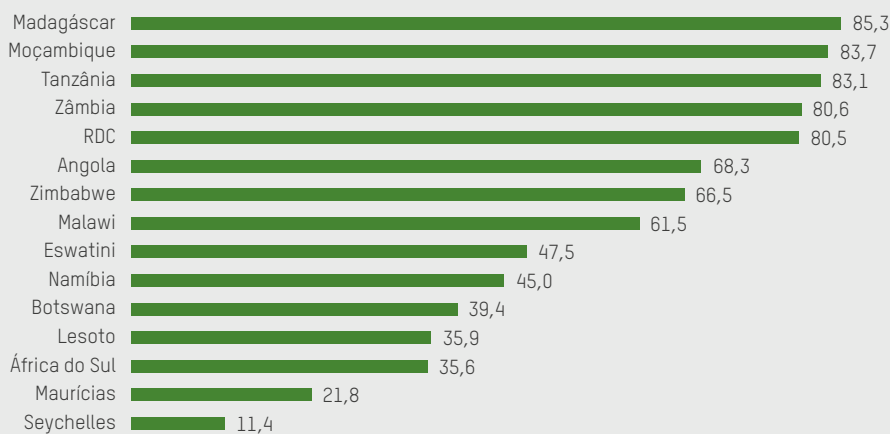


FIGURA 9: TRABALHADORES SEM DIREITOS DE TRABALHO FORMAL (% DA MÃO DE OBRA, 2019)

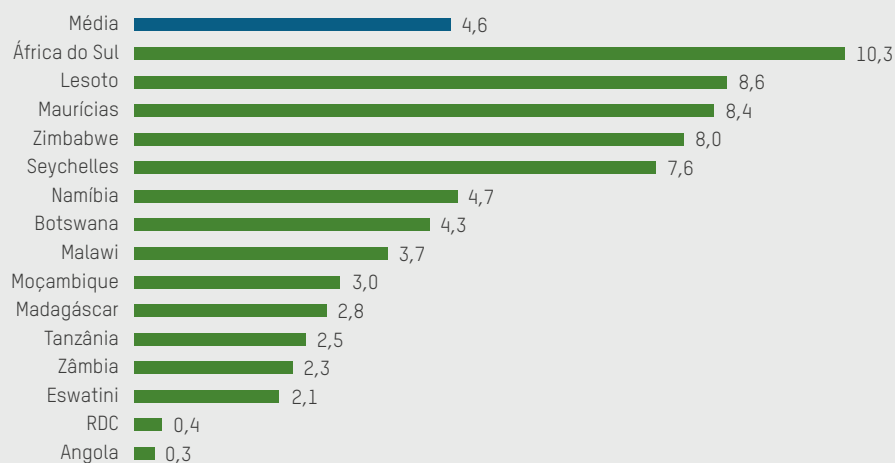


Fontes: Todos os gráficos baseados na base de dados de 2020 de CRI.

1.4 RESPOSTAS DOS GOVERNOS À PANDEMIA

Os membros da SADC responderam à COVID-19 com pacotes de apoio fiscal de tamanhos muito variados. Têm uma média de 4,6% do PIB, duas vezes maior do que a África Ocidental, mas 75% menor do que a das economias avançadas (17,3% do PIB), devido à capacidade limitada de muitos países de emprestar fundos adicionais.⁵⁵ A **Figura 10** mostra a escala de respostas dos estados, variando de muito abaixo de 1% em Angola e na RDC (refletindo crises económicas pré-COVID e espaço fiscal muito limitado) a 10,3% na África do Sul. É importante notar que pelo menos seis países financiaram parte da sua resposta à COVID-19 cortando outros gastos (Angola, RDC, Lesoto, Namíbia, Seychelles e África do Sul).⁵⁶

FIGURA 10: DESPESAS DE RESPOSTA À COVID-19 (% PIB)



Fonte: Documentos do programa nacional do FMI (2020–21).⁵⁷

A natureza das respostas variou entre os países. Todos gastaram em medidas de saúde para combater a pandemia, mas nenhum planeou investir muito mais em sistemas de saúde e preparação para além de 2021. Todos os países aumentaram também as despesas de proteção social, mas alguns (RDC e Zâmbia) fizeram-no apenas marginalmente devido a restrições orçamentais. Na maioria dos países, mais de metade das despesas de resposta à COVID-19 foram utilizadas para impulsionar o setor privado e a economia, incluindo subsídios salariais.

De acordo com o Banco Mundial, cerca de metade dos membros da SADC utilizou uma combinação de transferências de dinheiro, fornecimento de alimentos e renúncias ou reduções das faturas de serviços públicos para complementar os rendimentos dos seus cidadãos. Alguns países utilizaram menos ferramentas (apenas transferências de dinheiro e reduções de serviços públicos na RDC, Maurícias e Namíbia; alimentos e serviços públicos no Botswana e Eswatini; e transferências de dinheiro na África do Sul e Tanzânia). Madagáscar e Zimbabwe forneceram empregos em obras públicas. A maioria dos estados mais ricos da SADC com sistemas de proteção social mais bem desenvolvidos melhoraram o desemprego, o sistema de seguros de saúde e/ou os pagamentos de pensão e dispensaram ou subsidiaram contribuições para a segurança social. Um grupo semelhante (além do Eswatini) subsidiou os salários das empresas. Angola, RDC, Madagáscar e Zimbabwe aumentaram o número de pessoas que recebem transferências de dinheiro em mais de 1000% (embora de níveis extremamente baixos), com o Lesoto a atingir 168% e África do Sul 40%.⁵⁸

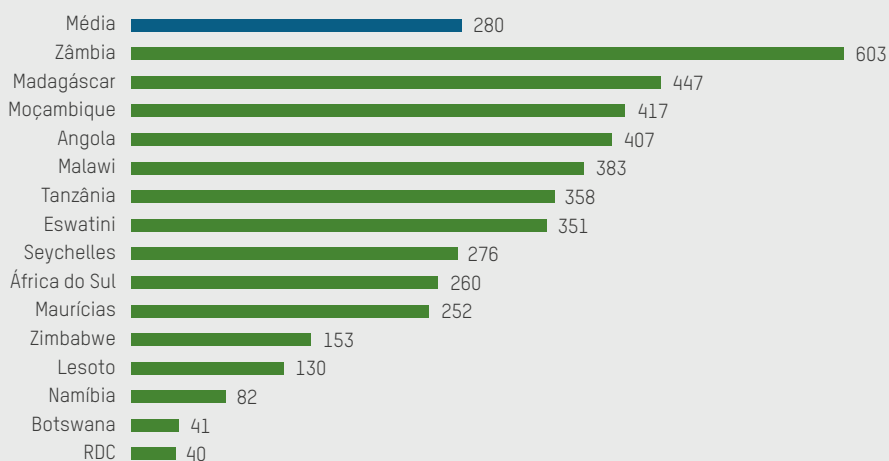
Apesar dos aumentos drásticos na escala da proteção social em alguns países, na maioria dos casos são de base muito pequena, e também são concebidos para ser temporários, reduzindo o seu impacto na desigualdade. Além disso, os cidadãos parecem estar muito insatisfeitos com o apoio. A Afrobarometer constatou que quatro quintos dos entrevistados nas Maurícias, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe declararam não ter recebido nenhum apoio do governo durante a pandemia, sendo a taxa mais alta a do Zimbabwe (90%) e da Zâmbia (93%), e em média, metade dos cidadãos acreditava que o apoio tem sido injustamente distribuído.⁵⁹ Estas sondagens são uma indicação preocupante de que os mecanismos de apoio temporário dos governos da região não beneficiaram os mais necessitados nem contribuíram para a resiliência socioeconómica dos países.

1.5 O IMPACTO DA CRISE DA DÍVIDA NA DESIGUALDADE

Muitos governos estão a ter de utilizar uma parcela crescente do seu orçamento para atender a dívidas crescentes, em vez de investir nas suas populações. Mesmo antes da COVID-19, o serviço da dívida alcançava níveis astronómicos em muitos países da SADC, drenando as receitas da despesa pública para reduzir a

desigualdade. A **Figura 11** mostra que, em 2019, em média, os países da SADC gastaram três vezes mais no serviço da dívida interna e externa do que na saúde, tendo a Zâmbia gastado seis vezes mais. Apenas a RDC, Botswana e Namíbia gastaram mais em saúde do que em serviços da dívida.

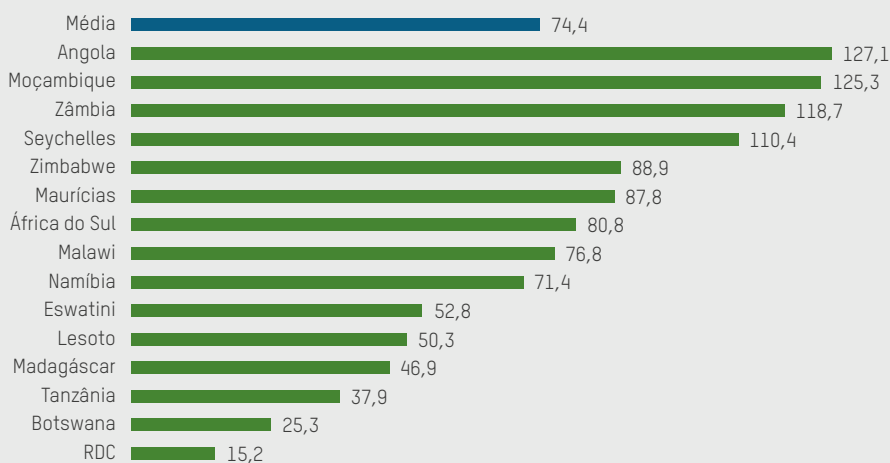
FIGURA 11: SERVIÇO DA DÍVIDA EM COMPARAÇÃO COM DESPESAS DE SAÚDE (% , 2019)



Fonte: Despesas de saúde a partir de dados do CRI; serviço da dívida da Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI/Banco Mundial 2020–21,⁶⁰ documentos de países e orçamentos nacionais do FMI 2019–20.

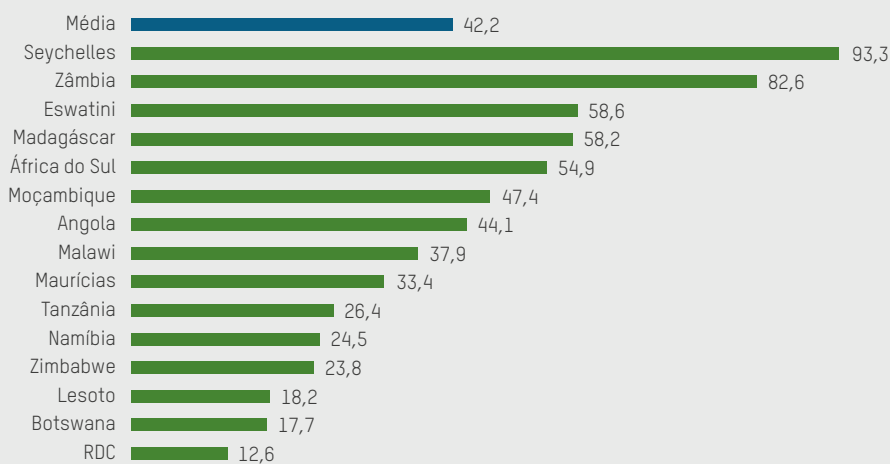
Muitos países tiveram de pedir emprestado para financiar as suas respostas à pandemia, ao mesmo tempo que o seu PIB caía e as suas receitas orçamentais entravam em colapso. As **Figuras 12 e 13** mostram a dívida como uma proporção do PIB e o serviço da dívida como uma proporção das receitas, com médias de 74% e 42%, respetivamente, em 2020–21.⁶¹ Os custos mais altos do serviço da dívida pertencem às Seychelles, Eswatini, Zâmbia, Madagáscar e África do Sul, todos eles responsáveis por gastos de mais de metade das suas receitas fiscais em dívidas.

FIGURA 12: DÍVIDA PÚBLICA EM COMPARAÇÃO COM O PIB (% , 2020–21)



Fonte: FMI (2021b).⁶²

FIGURA 13: SERVIÇO DA DÍVIDA EM COMPARAÇÃO COM AS RECEITAS FISCAIS (% , 2020–21)



Fontes: FMI/Banco Mundial (n.d.) Análises de sustentabilidade da dívida 2020–21, documentos de programas dos países do FMI e orçamentos nacionais, 2020/22.

Até ao momento, a resposta global em termos de alívio da dívida foi limitada a:

- cancelamento do serviço da dívida ao FMI para 25 países durante 2020–21 (incluindo RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique e Tanzânia na SADC);⁶³ e
- um adiamento dos pagamentos aos governos do G20 durante o mesmo período através de uma iniciativa de suspensão do serviço da dívida (DSSI), para a qual oito países da SADC se candidataram.⁶⁴ Contudo, isto não proporciona um alívio genuíno a longo prazo, uma vez que os credores continuarão a adicionar juros às dívidas durante o período de suspensão.

O G20 também estabeleceu um novo Quadro Comum para tentar melhorar a coordenação entre os credores.⁶⁵ No entanto, a maioria dos países deve continuar a pagar o seu serviço da dívida, especialmente a credores comerciais (como detentores de obrigações) e credores multilaterais que não o FMI, que não mostram sinais de participação no DSSI ou de fornecer alívio nos termos do novo enquadramento do G20, embora os iniciadores tenham alertado estes credores para aderirem ao enquadramento em condições semelhantes. Como resultado, os países que ainda acedem aos mercados globais de obrigações, como o Botswana, as Maurícias, a Namíbia, as Seychelles e a África do Sul, não solicitariam alívio, uma vez que fazer isso significaria enfrentar grandes reduções da notação de crédito ou perder o seu acesso ao mercado. Além disso, nada está a ser feito para reduzir os níveis da dívida interna, cujo serviço representa uma grande parte dos encargos na maioria dos países da SADC devido às elevadas taxas de juro internas.

É agora claro que o impacto económico da pandemia será sentido no futuro na maioria dos países de baixos e médios rendimentos. Para permitir o máximo de espaço para recuperação, o DSSI deve ser prolongado até ao final de 2022, dado o atraso nas vacinações globais, transformado em cancelamento e incluir todos os credores multilaterais e comerciais. Contudo, por si só, isso não impedirá que os níveis de dívida excluam as despesas sociais e minem o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a longo prazo. Muitos países precisarão de cancelamento e reduções abrangentes da dívida para garantir que as suas dívidas são sustentáveis, para que possam investir para combater a desigualdade e construir resiliência contra futuras pandemias através de medidas de educação, saúde, proteção social e segurança alimentar.⁶⁶

1.6 A RESPOSTA DO FMI E DO BANCO MUNDIAL

O FMI e o Banco Mundial são mandatados pela ONU e pelo G20 para mobilizar financiamento para combater a pandemia. Contudo, também devem continuar a desempenhar os seus papéis de longo prazo de colocar os países de volta no caminho certo para os ODS e reduzir a desigualdade.⁶⁷

Em larga medida, já estão a ajudar os países com financiamento para responder à COVID-19. Todos os países da SADC receberam assistência financeira de emergência adicional do FMI e do Banco Mundial.⁶⁸ Esse financiamento, combinado com fluxos melhorados do BAD, da ONU e de parceiros bilaterais, tem sido vital para financiar pacotes de resposta à pandemia, mas é muito menor do que os empréstimos dos países mais ricos nos mercados comerciais para combater a COVID-19 (ver **Secção 1.4**).

Este apoio multilateral foi ampliado no terceiro trimestre de 2021. No início de agosto de 2021, o FMI aprovou uma emissão de 650 mil milhões de dólares em Direitos de Saque Especiais (DSE), que poderiam ser utilizados para apoiar despesas ou pagar dívidas domésticas.⁶⁹ Os países da SADC receberam 11,3 mil milhões de dólares⁷⁰ em DSE, um pouco menos do que os cortes orçamentais planeados para 2021. Os países mais ricos que não precisam da sua participação de 400 mil milhões de dólares destes DSE estão a ser incentivados a realocá-los a países de rendimentos baixos e médio-baixos que precisam mais dos recursos. Contudo, como planeado atualmente, estes recursos serão canalizados como empréstimos e não como subvenções, e virão associados a programas do FMI baseados na condicionalidade, ao contrário dos DSE normais que não têm condicionalidade.⁷¹ Além disso, mesmo com essa realocação, o montante recebido pelos países em desenvolvimento será muito menor do que o necessário: muitos analistas e defensores⁷² estimaram que uma emissão de DSE de 3 biliões seria desejável.⁷³ Dado o seu custo atualmente muito baixo (uma taxa de juros de 0,05% no momento da publicação e sem o reembolso do principal necessário), vale a pena considerar grandes emissões regulares de DSE e a sua transferência para países de baixo rendimento, o que poderia ser uma forma eficaz de financiar o desenvolvimento global nas próximas décadas.

Em termos de prescrições sobre políticas, as respostas do FMI e do Banco Mundial têm sido amplamente limitadas a ações imediatas de curto prazo por meio de despesas adicionais de saúde, proteção social e incentivo à economia, em vez de tentar impedir que a desigualdade aumente durante a crise.

Nenhum dos documentos atuais do programa do FMI na região contém qualquer análise significativa da desigualdade.⁷⁴ Isto reflete as operações gerais específicas dos países do FMI, em que não há tratamento sistemático da igualdade como sendo macrocrítica, ou seja, vital para a estabilidade e o crescimento futuros (o que não deixa de ser verdade, dado que os níveis de desigualdade estão acima daqueles considerados pelo FMI como responsáveis pela diminuição do PIB) e, portanto, essencial para a análise subjacente aos programas nacionais nos documentos do programa de consulta e concessão de empréstimos do Artigo IV.

A falta de análise da desigualdade talvez fosse compreensível nos programas de resposta à COVID-19 de emergência do FMI, que tinham como objetivo preencher lacunas de financiamento de emergência sem realizar análises muito detalhadas e sem condicionalidades pesadas. Contudo, mesmo nesses programas, o FMI poderia ter evitado insistir na consolidação fiscal e, em vez disso, apoiado as principais políticas necessárias para criar espaço fiscal e combater a desigualdade, incluindo aumentos na tributação progressiva, gastos antidesigualdade e direitos do trabalho. O departamento de assuntos fiscais do FMI sugeriu aumentos de impostos progressivos baseados na “solidariedade” para financiar as respostas e a recuperação da COVID-19,⁷⁵ mas ainda não há sinais de que tais recomendações estejam a alimentar a programação do FMI nos países da SADC.

As únicas alterações significativas na taxa de imposto planeada descritas nos documentos do FMI foram um aumento regressivo de 2% no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) no Botswana e uma nova “taxa de contribuição social” progressiva nas Maurícias para financiar aumentos de pensões. A maioria dos planos fiscais restantes depende da redução das isenções fiscais (Angola, RDC, Madagáscar e Seychelles), do reforço das medidas contra o estatuto de paraíso fiscal e evasão fiscal (Maurícias e Seychelles) e uma cobrança mais eficaz, especialmente do IVA. As Maurícias não têm um programa do FMI, pelo que a única sugestão progressiva do FMI é um aumento nos impostos sobre a propriedade na RDC para financiar a proteção social.⁷⁶

Embora as despesas iniciais de saúde e proteção social relacionadas com a pandemia possam ter ajudado a mitigar parte da desigualdade induzida pela pandemia, na maioria dos países (à exceção de Angola e das Maurícias), esses programas serão progressivamente cancelados nos próximos anos. Num contexto de austeridade orçamental, em quase todos os países (ver [Secção 1.7](#)), será extremamente difícil proteger estas despesas, muito menos aumentá-las drasticamente para combater a desigualdade e alcançar os ODS.

Os Diagnósticos Sistemáticos de Países do Banco Mundial dos países da SADC contém uma grande quantidade de análises da pobreza, mas um nível consideravelmente menor de desigualdade. Incluem apenas medidas limitadas para aumentar as despesas de educação (com foco no desenvolvimento da primeira infância e formação de competências) e programas de proteção social direcionados que ajudam apenas uma pequena percentagem das pessoas em situação de pobreza. Não contém praticamente nenhuma das recomendações de políticas necessárias para combater a desigualdade de rendimentos mais eficazmente e não mostram claramente como os países alcançarão os ODS em termos de cuidados de saúde universais ou níveis universais de proteção social até 2030.⁷⁷

O Banco Mundial e o FMI analisaram o impacto dos impostos e despesas na pobreza e na desigualdade em sete países da SADC.⁷⁸ Contudo, nenhum dos dois complementou essa análise com recomendações para reformas específicas de cada país que tornariam os seus sistemas mais progressivos. Também não houve nenhum esforço para reverter as políticas antissindicais e do trabalho anteriores inspiradas no agora descontinuado índice Doing Business do Banco Mundial, que tem sido amplamente criticado por incentivar a desregulamentação e os cortes nos impostos sobre as sociedades.⁷⁹ De facto, um recente documento de trabalho do FMI sobre política do trabalho para a África do Sul sugeriu salários mínimos mais baixos, especialmente para jovens, e descentralizar a negociação coletiva para o nível das empresas.⁸⁰

Os empréstimos de emergência fornecidos pelo Banco Mundial no setor da saúde foram considerados inadequados na sua própria análise da pobreza e da desigualdade. A Oxfam constatou em setembro de 2020 que apenas 8 dos 71 projetos de saúde COVID-19 do Banco Mundial em todo o mundo incluíram medidas para reduzir as barreiras financeiras ao acesso aos serviços de saúde.⁸¹ O CRI demonstrou que esta é uma questão importante na maioria dos países membros da SADC, com tais despesas a levar à falência milhões de pessoas todos os anos e a excluí-las do tratamento. Nos países da SADC, nenhum dos três projetos do Banco Mundial (no Eswatini, Lesoto e Malawi) incluiu medidas para aumentar a acessibilidade dos serviços na sua conceção.⁸²

No que diz respeito ao apoio à proteção social, embora tenha havido aumentos consideráveis no alcance das transferências de dinheiro em alguns países da SADC, a ênfase nos empréstimos do Banco Mundial tem sido nos programas de “rede de segurança” que visam estreitamente as pessoas mais pobres, em vez de níveis

abrangentes de proteção social que proporcionam aos cidadãos segurança ao longo das suas vidas, conforme previsto nos ODS.⁶³ Também não houve análise nos empréstimos do Banco Mundial de como esses programas podem ser tornados permanentes ou expandidos para atingir a meta de cobertura universal de proteção social até 2030. Isto sugere que podem ser reduzidos ou abandonados assim que o impacto da pandemia diminuir.

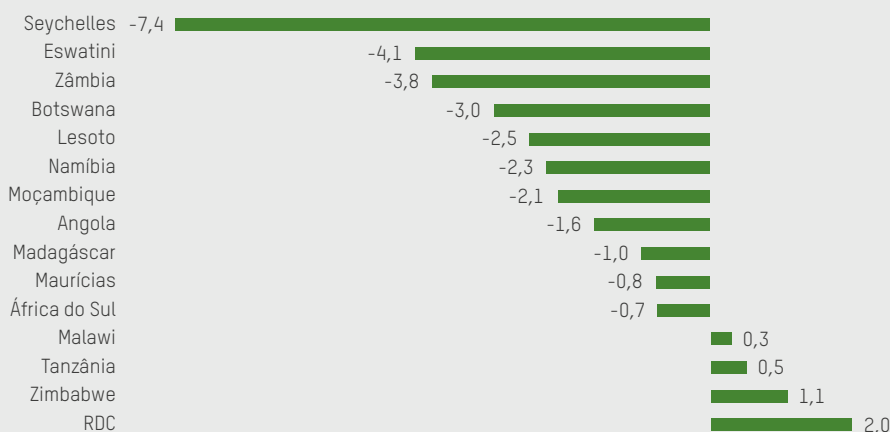
Os líderes do FMI e do Banco Mundial fizeram fortes discursos sobre a desigualdade.⁶⁴ Ambas as instituições realizaram análises abrangentes salientando o risco de a pandemia aumentar a desigualdade, bem como a necessidade de evitar isso. Contudo, as suas respostas nas operações dos países ignoraram amplamente a desigualdade, e, por omissão, bem como por aconselhamento político explícito, estão a contribuir para o seu aumento. Esta tendência tem de ser revertida em 2021–22, com ambas as organizações a transformar discursos e análises em fortes recomendações de políticas antidesigualdade a nível nacional.

1.7 O RETORNO DA AUSTERIDADE

Embora os governos da SADC tenham respondido à pandemia em 2020 com pacotes de apoio fiscal, estes têm demonstrado ser de curta duração. As projeções do FMI para as despesas dos 15 governos da SADC analisadas neste relatório mostram que nove cortarão as despesas em percentagem do PIB em 2021. No total, os gastos foram 12,1 mil milhões de dólares mais baixos,⁶⁵ bem mais do dobro do valor (5,1 mil milhões de dólares) que custaria comprar e entregar vacinas a todos os cidadãos da SADC.⁶⁶ Isto aconteceu numa altura em que as infeções e mortes por COVID-19 estavam no seu auge na região.

Ainda mais preocupantes do que a rápida suspensão dos gastos de emergência são os planos de longo prazo para a austeridade na África Austral. A **Figura 14** mostra as projeções do FMI para 15 países da SADC em 2022–26. Mostra que todos, à exceção de quatro países, reduzirão ainda mais as despesas do governo.⁶⁷ Espera-se que a redução cumulativa combinada nos orçamentos governamentais na SADC até 2026 seja de 30,2 mil milhões de dólares. Isto seria suficiente para aumentar as despesas de saúde do governo em 28%, em média, nos cinco anos até 2026, do atual per capita de 177 dólares para 226 dólares.⁶⁸

FIGURA 14: MÉDIA ANUAL DE CORTES NAS DESPESAS DO GOVERNO NOS PAÍSES DA SADC (2022–26, % DO PIB)



Fonte: FMI (2021a).⁶⁹ Os cortes são calculados nos preços correntes, utilizando as despesas de 2021 (% do PIB) como linha de base.

Para oito países, os cortes planeados excedem os seus orçamentos anuais de saúde; em três (Malawi, Moçambique e Seychelles), são duas vezes mais altos e na Zâmbia são mais de cinco vezes. Evitar essa austeridade permitiria que esses países fizessem enormes investimentos adicionais em saúde e proteção social para proteger os seus cidadãos contra futuras pandemias.

A austeridade está a ser incentivada nas avaliações e programas de políticas do FMI, fornecendo conselhos para reduzir as despesas gerais durante ou imediatamente após a pandemia, a fim de alcançar déficits menores e reduzir os níveis de dívida, em vez de aumentar drasticamente as despesas de saúde, educação, proteção social e segurança alimentar para combater a desigualdade.⁹⁰ Dentro destes cortes, estão a ser feitos esforços dentro dos programas do FMI para proteger as principais despesas sociais, especialmente em alguns países de baixos rendimentos, mas isso é definido de forma diferente entre os países e em muitos não inclui proteção social. Se os governos da SADC levarem a cabo a austeridade planeada, o resultado provavelmente será catastrófico para a pobreza e a desigualdade, especialmente após uma pandemia: a própria investigação do FMI revela que os países que implementaram austeridade durante e após as recentes epidemias viram a sua desigualdade de rendimentos aumentar três vezes mais do que os países que não o fizeram.⁹¹ Como o Banco Mundial e outros demonstraram, se e em que medida os países conseguem manter a desigualdade sob controlo após a pandemia será crucial para tirar milhões de pessoas da pobreza novamente.⁹²

A indústria extrativa e a desigualdade

A indústria extrativa é um alicerce económico nos países ricos em recursos da África Austral. O setor mineiro representa cerca de 10% do PIB da SADC, 25% das suas exportações regionais, cerca de 7% do seu emprego direto e 20% das receitas do Governo nacional.⁹³ Na Zâmbia, o cobre representa mais de 80% das receitas de exportação, enquanto que os diamantes representam 20% do PIB do Botswana e mais de 90% das suas exportações.⁹⁴ Em Moçambique, a indústria extrativa representa 30% do total das exportações, o equivalente a 3,5% do PIB ou 20,6% do total das receitas públicas.⁹⁵

Se for bem aproveitada, a indústria pode desempenhar um papel significativo na redução da pobreza, no crescimento inclusivo e no desenvolvimento social.⁹⁶ Infelizmente, a pobreza e a desigualdade estão a agravar-se na região, apesar da abundância de riqueza em recursos. O setor não conseguiu assegurar que os benefícios resultantes das dotações de recursos criassem novas oportunidades e efeitos multiplicadores positivos para os cidadãos. Isto deriva de mecanismos limitados para promover a participação pública ao longo da cadeia de valor das indústrias extrativas, desde a negociação/licenciamento de contratos à participação livre, prévia e informada da comunidade, à produção mineral, à gestão fiscal e de receitas e ao combate aos fluxos financeiros ilícitos.

A captura das indústrias extrativas pela política e pela corrupção é a principal causa do fraco contributo do setor para o desenvolvimento do povo da região e para o aumento das desigualdades.⁹⁷ Em Angola, há mais de 20 anos, o ex-Presidente Dos Santos e a sua família conduziram o que pode vir a ser uma masterclass de corrupção ao longo de toda a cadeia de valor de recursos naturais – um padrão descoberto em 2020 pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação no “Luanda Leaks”.⁹⁸

A tributação injusta está a negar aos sul-africanos a sua quota-parte legítima das receitas das indústrias extrativas. Os países da SADC geralmente não implementaram regimes de regulação fiscal que garantam uma parte equitativa dos rendimentos, nomeadamente os rendimentos inesperados.⁹⁹ Isto deve-se quer à falta de capacidade do Estado, quer à subversão dessa capacidade com o objetivo de produzir resultados excessivamente favoráveis ao investidor. Em 2021, o governo do Zimbabué concedeu uma isenção fiscal de cinco anos à Great Dyke Investments, uma operação de mineração de platina,¹⁰⁰ numa altura de um espaço fiscal apertado, agravado pela pandemia.¹⁰¹

Os fluxos financeiros ilícitos são outro grande desafio para muitos países ricos em recursos, incluindo os da SADC. O governo da Zâmbia estima que tem vindo a perder até 2 mil milhões de dólares por ano devido à evasão fiscal e à transferência de lucros por parte das multinacionais.¹⁰² O contrabando é especialmente frequente na mineração artesanal, particularmente de ouro e diamantes, dado que a maioria dos países da SADC não formalizaram a indústria. Estima-se que mais de 1,5 mil milhões de dólares em ouro sejam contrabandeados para fora do Zimbabué todos os anos, privando a economia de dinheiro de receitas cambiais cruciais.¹⁰³ De forma louvável, a África do Sul desenvolveu o Projeto de Política Mineira Artesanal e de Pequena Escala 2021.

As questões de equidade e desigualdade estão cada vez mais a ser levantadas em relação à atribuição de benefícios pagos diretamente pelas indústrias extrativas às comunidades onde as operações têm lugar

para assegurar que as preocupações e interesses a nível local e nacional sejam equilibrados. Existe uma procura de mecanismos de partilha de receitas entre o governo central e as comunidades de acolhimento, uma vez que a atual forma de funcionamento tem deixado as comunidades ricas em recursos afetadas pelo subdesenvolvimento nos setores essenciais da saúde, educação, água, saneamento e transportes.

As indústrias extrativas estão a contribuir para o aumento da dívida pública. Os governos da região têm recorrido à contração de empréstimos para colmatar défices orçamentais. Alguns destes empréstimos estão vinculados às indústrias extrativas e são conhecidos como empréstimos garantidos por recursos (RBLs). Trata-se de empréstimos concedidos a um governo ou a uma empresa estatal em que o reembolso é efetuado sob a forma de recursos naturais.¹⁰⁴ Atualmente, 11 países da África Subsaariana eliminaram RBLs, incluindo o Zimbabué, Angola e a RDC.¹⁰⁵ No entanto, os preços das mercadorias não só flutuam até aos extremos, como podem fazê-lo de forma imprevisível. As quedas de preços podem significar que um país precisa de produzir mais recursos para pagar o empréstimo, frustrando assim quaisquer benefícios para as comunidades e cidadãos em geral.

O aumento exponencial da exploração e extração de recursos naturais no continente traz um grande risco de violações dos direitos humanos.¹⁰⁶ Algumas destas violações incluem a desapropriação de terras e deslocação de comunidades; condições de concessão fracas ou minimamente benéficas; degradação ambiental e proteção deficiente dos direitos laborais.

No início da década de 2010, os maiores depósitos de gás natural de África foram descobertos na costa norte de Moçambique na remota província de Cabo Delgado, colocando Moçambique no mapa da geografia do petróleo e gás. O desenvolvimento dos campos de gás foi acompanhado por deslocações, expulsões e destruição de meios de subsistência, exacerbando e aprofundando as desigualdades entre os poucos afortunados e os muitos cidadãos sem poder. Desde 2017, uma milícia islâmica amplamente conhecida pelos locais como al-Shabaab (“os jovens”) tem travado uma campanha sofisticada e violenta contra o governo moçambicano em Cabo Delgado.¹⁰⁷ Pelo menos 2700 pessoas foram mortas e mais 700.000 foram forçadas a fugir das suas casas. Este conflito é fonte de uma crescente e enorme desigualdade.

Quadro 1: Desigualdade racial na África do Sul

Os sul-africanos negros sofreram desapropriação durante o colonialismo que os privou dos seus bens, tais como terra, gado e acesso a recursos naturais críticos, incluindo água, florestas, direitos de pesca e minerais. Na década de 1940, as políticas estruturadas do apartheid começaram a fazer efeito, levando a uma maior marginalização da maioria negra devido a políticas económicas e sociais restritivas. A população negra foi despojada de terras para a agricultura e pastoreio do seu gado, que era fértil e tinha recursos hídricos. Foram obrigados a deslocar-se para terras longe dos principais centros económicos da época. Para sobreviver, um grande número de homens procurou trabalho em terras agrícolas com título de propriedade como inquilinos trabalhadores.¹⁰⁸ Embora a dispensa democrática pós-1994 tenha posto em prática políticas de reforma agrária destinadas a inverter esta tendência e a atribuir terras a mulheres e homens sul-africanos negros, estas políticas têm sido largamente mal sucedidas.

É por esta razão que, quando as empresas mineiras querem terra, conseguiram obtê-la sem respeitar as disposições relevantes da legislação sul-africana - incluindo a necessidade de assegurar que os proprietários de terras brancos que vendem ou arrendam as suas terras a empresas mineiras o façam com total respeito pelos direitos de **Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC)** dos inquilinos trabalhadores. A Lei de Proteção Interina dos Direitos Fundiários Informais 31 de 1996, que prevê a proteção temporária de certos direitos e interesses em terras que de outra forma não são adequadamente protegidos por lei, é rotineiramente ignorada com impunidade.

Como resultado, na África do Sul pós-apartheid, os inquilinos e cidadãos em situação de direitos de terra comunais sofreram novas desapropriações de terras de pastagem e terras para cultivo de culturas para subsistência, bem como com a destruição das suas casas. Em 2018, cinco famílias na Quinta Kliprand, perto de Newcastle, ficaram sem casa quando as suas casas foram destruídas para dar lugar à exploração mineira.¹⁰⁹ Até à data, estas injustiças históricas do colonialismo e do apartheid sem reparação continuam a ser os principais motores da desigualdade económica baseada na raça na África do Sul.

Apesar destas questões serem frequentes, os organismos regionais e os governos nacionais ainda não têm capacidade para monitorizar projetos extrativos, assegurar que não afetam negativamente o ambiente e a vida das comunidades locais e permitir a reparação de violações dos direitos humanos. Em alguns casos, estas violações dos direitos humanos e a incapacidade de assegurar a participação do público alimentaram o conflito na região.

O governo da região pode aproveitar as indústrias extrativas para o bem comum dos seus cidadãos, e não apenas dos muito poucos. Os direitos laborais e a segurança laboral estão ameaçados em muitos países africanos, e os serviços públicos estão sob tensão, especialmente devido à pandemia. As mulheres são particularmente afetadas nos seus papéis de cuidadoras primárias de crianças e idosos, como principais utilizadoras dos serviços de saúde e enquanto a maior parte da mão-de-obra na exploração mineira artesanal e em pequena escala.

A indústria extrativa poderia desempenhar um papel enorme no aumento das receitas necessárias para despesas em setores pró-pobres como a saúde, educação e proteção social, bem como na mitigação e adaptação ambiental. Para acabar com as violações dos direitos humanos na indústria, os governos nacionais e a SADC deveriam encontrar soluções práticas, tais como um envolvimento público significativo. A corrupção e a captura estatal devem ser desmanteladas, enquanto que as lacunas fiscais devem ser seladas, e as isenções fiscais desnecessárias devem ser eliminadas para assegurar que a indústria extrativa contribua para o bem-estar das comunidades locais e da nação em geral. Os benefícios da indústria devem ser equitativamente partilhados através do financiamento do orçamento nacional da prestação de serviços essenciais, cujo estado deplorável foi exposto pela pandemia da COVID-19.



2 O COMPROMISSO DE REDUZIR O ÍNDICE DE DESIGUALDADE 2020

A terceira edição do CRI da Oxfam e da DFI classifica 158 governos em todo o mundo no seu compromisso com a redução da desigualdade. O relatório global foi lançado em novembro de 2020.¹¹⁰

O CRI mede as políticas e ações do governo em três áreas (denominadas “pilares”) que comprovadamente reduzem significativamente a desigualdade:

1. **Serviços públicos:** um olhar sobre a educação, saúde e proteção social.
2. **Tributação:** um olhar sobre como as estruturas progressivas estão no papel e na prática.
3. **Direitos dos trabalhadores:** foco particular nos direitos das mulheres.¹¹¹

Embora estes três pilares temáticos permaneçam inalterados em relação às edições anteriores, houve mudanças significativas na metodologia para organizar o índice de forma mais consistente e mostrar os impactos na desigualdade de forma mais clara.¹¹² Cada pilar contém agora três níveis de indicador:

1. **Indicadores de compromisso com políticas**, que medem o compromisso dos governos através das suas políticas (que podem nem sempre ser implementadas na prática).
2. **Indicadores de cobertura ou implementação**, que medem quem é coberto (ou não) como resultado de ações políticas ou quão bem um governo coloca as políticas em prática.
3. **Indicadores de impacto**, que medem o impacto das ações políticas nos níveis de desigualdade.

A Figura 15 mostra os três pilares e os três níveis do CRI.¹¹³

FIGURA 15: OS PILARES E INDICADORES DO CRI

	DESPESAS COM SERVIÇOS PÚBLICOS	IMPOSTO PROGRESSIVO	DIREITOS TRABALHISTAS E SALÁRIOS
Indicadores de políticas	<ul style="list-style-type: none"> • PS1a Educação • PS1b Saúde • PS1c Proteção social 	<ul style="list-style-type: none"> • T1a- Imposto de renda pessoal • T1a- Imposto de renda corporativo • T1a- Imposto sobre valor agregado • T1b- Práticas fiscais prejudiciais 	<ul style="list-style-type: none"> • L1a Direitos trabalhistas • L1b Direitos trabalhista das mulheres • L1c Salário mínimo
Implementação ou indicadores de cobertura	<ul style="list-style-type: none"> • PS2a Conclusão do Ensino secundário nas famílias mais pobres • PS2b Cobertura Universal de saúde e despesas diretas • PS2c Cobertura de pensão 	<ul style="list-style-type: none"> • T2 Produtividade tributária em IVA, PIT e CITT 	<ul style="list-style-type: none"> • L2a Desemprego • L2b Emprego instável
Indicadores de impacto	<ul style="list-style-type: none"> • PS3 Impacto do gasto nas desigualdades (Rnb) 	<ul style="list-style-type: none"> • T3 Impacto do imposto na desigualdade (Gini) 	<ul style="list-style-type: none"> • L3 Impacto da renda do trabalho (salário) na desigualdade (Gini)
Pontuação total do CRI	Media de pontuações de 3 pilares		

O resto deste relatório regional avalia o desempenho de 15 países membros¹¹⁴ da SADC em termos do seu compromisso com a redução da desigualdade. O relatório é acompanhado por 15 resumos de países, que contêm análises e recomendações de políticas mais detalhadas.¹¹⁵

Quadro 1: A importância da agricultura e da governança

Além das políticas centrais do CRI, este relatório considera duas áreas políticas adicionais.

Em muitos países da região, a pobreza está concentrada nas áreas rurais: portanto, apoiar os pequenos agricultores e a produção de alimentos é essencial para combater a desigualdade, a pobreza e a insegurança alimentar. Este relatório analisa, portanto, o grau em que podemos avaliar as despesas do governo com a **agricultura**, dados os compromissos dos governos com o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP) (na **Secção 4.5**, como uma adenda ao pilar de despesas públicas).

Além disso, muitos comentadores dos relatórios globais do CRI de 2018 e 2020 sugeriram que a boa governança pode ser um dos principais impulsionadores do compromisso antidesigualdade para os governos, tornando-os mais sensíveis às necessidades dos cidadãos. Portanto, analisamos dois indicadores-chave de governança – transparência orçamental e corrupção – para ver se estão correlacionados com políticas antidesigualdade (ver [Quadro 2](#)).



3 DESEMPENHO GERAL DOS ESTADOS MEMBROS DA SADC EM TERMOS DE CRI

Em comparação com as outras quatro regiões de África, a SADC tem o segundo maior compromisso de reduzir a desigualdade, conforme medido pelo CRI. A **Tabela 1** mostra as pontuações regionais do CRI para cada uma das regiões¹¹⁶ ponderadas por população, em que 1 representa o registo antidesigualdade mais forte para cada indicador.¹¹⁷ Os dados mostram que o cidadão médio da SADC vive sob um governo 33% menos comprometido com a redução da desigualdade do que seus homólogos no norte da África, mas um pouco mais comprometido do que os de outras regiões. As duas principais razões para isto são:

- níveis de rendimento, uma vez que há mais países de rendimento médio-alto e alto na SADC, o que significa que têm maior capacidade de pagamento de impostos e, portanto, mais dinheiro para gastar em serviços públicos; e
- que muitos países da SADC estão entre os mais desiguais do mundo e, portanto, fizeram esforços para reduzir a desigualdade no centro da sua formulação de políticas (ver **Secção 1.1**).

É importante salientar que a SADC, em média, está a fazer menos da metade para combater a desigualdade do que os países com melhores resultados a nível global, pelo que os seus estados membros têm vindo a mostrar muito menos empenho do que poderiam – em parte porque os seus níveis de rendimento são mais baixos do que muitos dos melhores intervenientes.

TABELA 1: PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES REGIONAIS GLOBAIS DO CRI

Região	Pontuação global	Classificação africana
Norte de África	0,53	1
SADC	0,36	2
África Ocidental	0,33	3
África Oriental	0,32	4
África Central	0,30	5

TABELA 2: CLASSIFICAÇÕES DA SADC, AFRICANAS E GLOBAIS PARA OS PAÍSES DA SADC EM TERMOS DE CRI

País	Classificação da SADC (15)	Classificação africana (47)	Classificação global (158)
África do Sul	1	1	18
Seychelles	2	2	21
Namíbia	3	4	52
Lesoto	4	5	54
Botswana	5	6	60
Maurícias	6	9	79
Eswatini	7	12	96
Malawi	8	13	97
Moçambique	9	18	116
Angola	10	19	119
Zâmbia	11	22	123
Tanzânia	12	26	130
RDC	13	30	135
Zimbabwe	14	33	138
Madagáscar	15	41	148

A **Tabela 2** mostra as classificações da SADC, de África e globais em termos de CRI para cada país da região (ver **Anexo 1** para as classificações de todos os países africanos).

Seis dos países mais ricos da SADC estão na metade superior do índice global. A África do Sul e as Seychelles têm os melhores desempenhos nos dias 18 e 21, refletindo um bom desempenho em todos os três pilares. A África do Sul destaca-se pela tributação progressiva, especialmente devido à alta cobrança de impostos, o que reduz a sua desigualdade antes de impostos em cerca de 5%. As Seychelles são especialmente fortes em direitos do trabalhador (devido ao desemprego muito baixo e ao emprego vulnerável).

Contudo, sete países estão no terço inferior do índice, exibindo um fraco desempenho em todos os pilares. Madagáscar tem o pior desempenho, 41.º em África e 10.º na base global. Está classificado como o 157.º de 158 países quanto a cobertura de serviços públicos, cobra muito poucos impostos e tem níveis muito altos de trabalhadores informais sem direitos.

Desde que a DFI e a Oxfam iniciaram o CRI em 2017, o desempenho de alguns países melhorou significativamente, em especial:

- África do Sul, que introduziu um salário mínimo (embora com salários mais baixos para trabalhadores domésticos e agrícolas) e aumentou a sua maior taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares em 2017;
- Namíbia, que aumentou substancialmente as despesas de proteção social e o seu salário mínimo; e
- As Maurícias, que aumentaram drasticamente as despesas associadas às pensões.



4 OS SERVIÇOS PÚBLICOS DOS PAÍSES DA SADC ESTÃO A REDUZIR A DESIGUALDADE?

O pilar de serviços públicos do CRI considera as ações tomadas pelos governos relacionadas com a educação, saúde e proteção social. As edições anteriores do CRI analisaram apenas as despesas como uma percentagem dos orçamentos do governo e o impacto que as despesas tiveram no coeficiente de Gini de um país. Para 2020, foi adicionado um novo conjunto de indicadores para medir a cobertura e a equidade dos serviços – e esta foi considerada uma área em que muitos países da SADC tinham pior desempenho.

A **Tabela 3** mostra as classificações de serviços públicos (ponderadas pela população) para as cinco regiões de África: A SADC ocupa o segundo lugar, com uma pontuação 10% inferior à do norte da África, mas duas vezes superior à da África Central e Ocidental. Está a fazer apenas um quarto do que os países com os melhores resultados do mundo fazem para reduzir a desigualdade através dos serviços públicos.

A **Tabela 4** mostra as classificações dos países dentro da SADC, África e o mundo. Namíbia, África do Sul, Seychelles e Botswana estão no terço superior do índice, mas oito países estão no terço inferior.

A Namíbia está no topo dos serviços públicos na SADC e ocupa o 34.º lugar no mundo. Gasta 53% do seu orçamento em educação, saúde e proteção social, resultando em cobertura de proteção social muito alta e alta cobertura de saúde, e reduzindo a sua desigualdade em um terço.¹¹⁸

Madagáscar ocupa o último lugar na SADC e o 147.º lugar a nível global em serviços públicos. Gasta apenas 33% do seu orçamento em educação, saúde e proteção social combinadas, e esse dinheiro não está a alcançar as pessoas mais pobres: apenas 11% das crianças terminam o ensino secundário, 28% dos cidadãos têm acesso a cuidados de saúde e 5% têm acesso a pensões. Os serviços públicos reduzem a desigualdade em apenas 3%.

TABELA 3: CLASSIFICAÇÕES E PONTUAÇÕES SUB-REGIONAIS GLOBAIS DO CRI

Região	Média de pontuações de CRI	Classificação africana
Norte de África	0,29	1
SADC	0,27	2
África Oriental	0,22	3
África Central	0,12	4
África Ocidental	0,12	5

TABELA 4: CLASSIFICAÇÕES DA SADC, AFRICANAS E GLOBAIS EM TERMOS DE CRI PARA SERVIÇOS PÚBLICOS NOS PAÍSES DA SADC

País	Classificação da SADC (15)	Classificação africana (47)	Classificação global (158)
Namíbia	1	1	34
África do Sul	2	2	44
Seychelles	3	3	45
Botswana	4	4	48
Maurícias	5	5	63
Eswatini	6	6	73
Lesoto	7	8	84
Zimbabwe	8	15	113
Zâmbia	9	19	118
Moçambique	10	24	126
Malawi	11	30	134
RDC	12	31	135
Angola	13	33	137
Tanzânia	14	34	138
Madagáscar	15	39	147

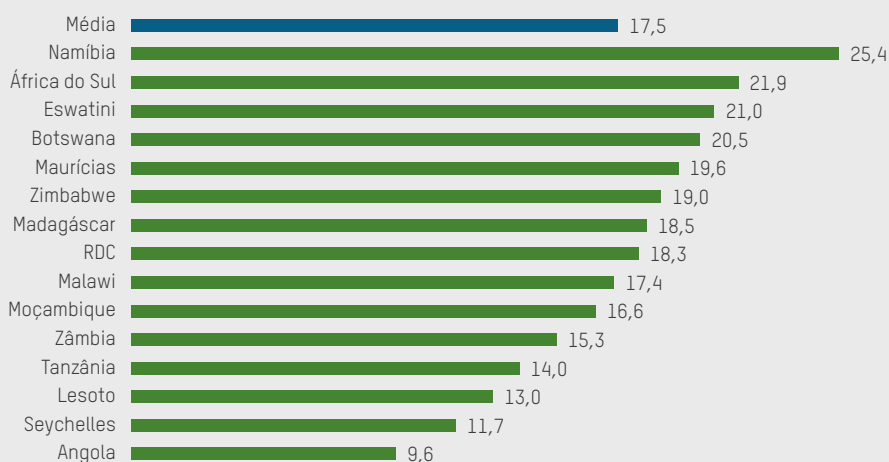
Fonte: M. Martin et al. (2020).¹¹⁹

O resto deste capítulo considera mais detalhadamente as despesas e a cobertura em termos de educação, saúde e proteção social; o seu impacto na desigualdade; e despesas de agricultura.

4.1 EDUCAÇÃO

Cerca de metade dos países da SADC estão a gastar perto dos 20% recomendados internacionalmente dos seus orçamentos nacionais, conforme estabelecido pela parceria Educação para Todos (Figura 16). Atualmente, a Namíbia gasta 25,4%, que é a terceira maior participação educacional do mundo.

FIGURA 16: DE SPESAS EM EDUCAÇÃO (% DO ORÇAMENTO DO GOVERNO)



Fonte: M. Martin et al. (2020).

TABELA 5: INDICADOR DE COBERTURA EDUCACIONAL

País	% dos 20% mais pobres que concluem o ensino secundário
Seychelles	91,2
Botswana	81,6
Maurícias	35,4
África do Sul	22,6
Eswatini	12,6
Namíbia	7,8
RDC	7,2
Malawi	2,8
Angola	1,9
Zâmbia	1,5
Zimbabwe	0,8
Lesoto	0,5
Tanzânia	0,2
Madagáscar	0,1
Moçambique	0,0

Contudo, quatro países têm vindo a gastar menos de 15% dos seus orçamentos em educação. Angola gasta a proporção mais baixa, com apenas 9,6%, o que faz com que apenas 1,9% das crianças das famílias mais pobres concluam o ensino secundário.

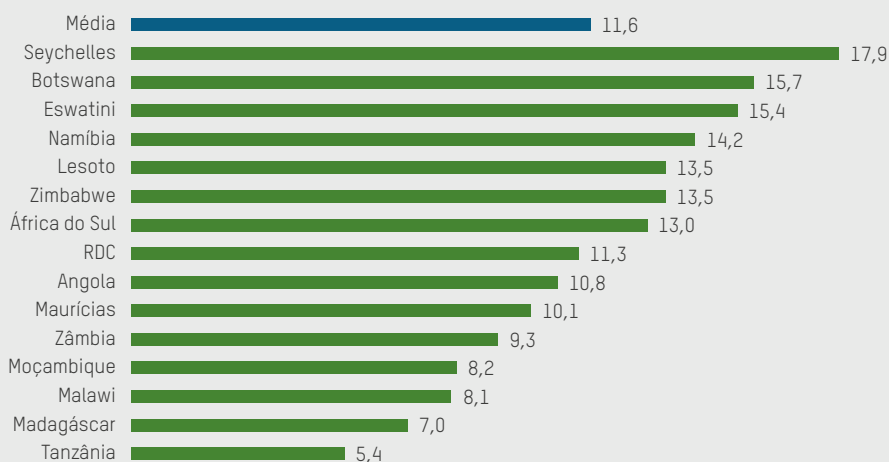
A **Tabela 5** mostra que a maioria dos países membros da SADC tem um fraco desempenho no indicador CRI sobre equidade de cobertura: a conclusão do ensino secundário para o quintil mais pobre. Em Moçambique, Madagáscar, Tanzânia, Lesoto e Zimbabue, menos de 1% do quintil mais pobre de alunos conclui o ensino secundário. As Seychelles e o Botswana têm um desempenho ainda melhor, devido em grande parte ao facto de o ensino básico e secundário ser gratuito para as famílias.

4.2 SAÚDE

A **Figura 17** mostra que as despesas médias de saúde na SADC estão muito abaixo do compromisso da União Africana de Abuja de 15% dos orçamentos nacionais. Contudo, as Seychelles, o Botswana e o Eswatini excedem a meta, e outros quatro países andam lá perto. Por outro lado, a Tanzânia, Madagáscar, Malawi, Moçambique e Zâmbia atribuem menos de 10% dos seus orçamentos à saúde.

A **Tabela 6** mostra que, em parte, devido a esta subutilização de verbas, todos os países da SADC estão muito aquém do ODS de cobertura universal de saúde, sendo que sete países não atingiram 50% de cobertura quando fomos atingidos pela pandemia da COVID-19. A RDC, o Eswatini, Angola e Maurícias também têm níveis extremamente altos de despesas de saúde “catastróficas” (COOP), definidas como famílias que gastam mais de 10% dos seus rendimentos em cuidados de saúde.¹²⁰

FIGURA 17: DESPESAS DE SAÚDE (% DO ORÇAMENTO DO GOVERNO)



Fonte: M. Martin et al. (2020).

TABELA 6: EQUIDADE DOS INDICADORES DE COBERTURA DE SAÚDE

Pais	% de população capaz de aceder a cuidados de saúde	COOP (% população)
Seychelles	71	3,48
África do Sul	69	1,41
Eswatini	63	13,39
Maurícias	63	10,46
Namíbia	62	1,22
Botswana	61	1,00
Zimbabwe	54	6,85
Zâmbia	53	0,29
Lesoto	48	4,51
Malawi	46	4,21
Moçambique	46	1,61
Tanzânia	43	3,79
RDC	41	15,13
Angola	40	12,38
Madagáscar	28	1,64

4.3 PROTEÇÃO SOCIAL

Como mostra a **Figura 18**, as despesas de proteção social pré-pandemia atingiram em média apenas 12,8% dos orçamentos nacionais na SADC e caíram abaixo de 10% na RDC, Moçambique, Malawi, Botswana, Madagáscar e Eswatini.

O CRI utiliza a cobertura de pensão como um proxy para a cobertura geral de proteção social devido à falta de dados entre os programas direcionados para outros grupos. Mede a percentagem da população em idade de reforma que recebe uma pensão. Como mostra a **Tabela 7**, três países (Botswana, Maurícias e Seychelles) têm cobertura de pensão universal e outros quatro não estão longe da meta dos ODS. Por outro lado, oito países pagam pensão a menos de 20% da sua população idosa, sendo a menor percentagem a do Malawi, de 2,3%.¹²¹

FIGURA 18: DESPESAS DE PROTEÇÃO SOCIAL (% DO ORÇAMENTO DO GOVERNO)

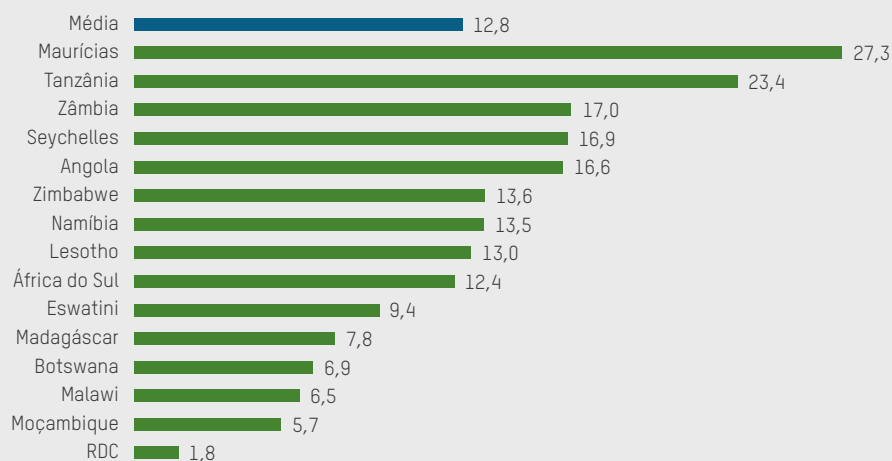


TABELA 7: INDICADOR DE COBERTURA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Pais	Cobertura de pensão (% população)
Botswana	100
Maurícias	100
Seychelles	100
Namíbia	98,4
Lesoto	94,0
África do Sul	92,6
Eswatini	86,0
Moçambique	17,3
RDC	15,0
Angola	14,5
Zâmbia	8,8
Zimbabwe	6,2
Madagáscar	4,6
Tanzânia	3,2
Malawi	2,3

4.4. IMPACTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA DESIGUALDADE

As evidências mostram que as despesas públicas de educação, saúde e proteção social podem reduzir drasticamente a desigualdade de rendimentos, especialmente ao evitar que as pessoas em situação de pobreza tenham de pagar do próprio bolso.¹²² Contudo, a extensão da redistribuição depende da escala e da progressividade das despesas. O CRI mede o impacto das despesas de serviços públicos utilizando estudos específicos de cada país sobre a incidência de despesas no coeficiente de Gini onde estes foram realizados (Botswana, Eswatini, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia) ou estimativas baseadas na escala de despesas e na média global de coeficientes de impacto onde estes não foram realizados. Todos os países devem ter como objetivo realizar estudos de incidência específicos de cada país o mais rapidamente possível para ter dados mais precisos.¹²³

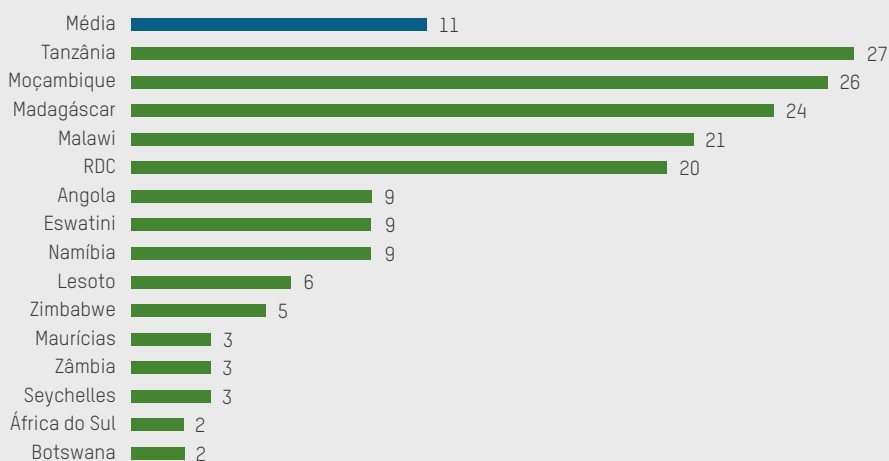
Na SADC, os serviços públicos da Namíbia têm o maior impacto na redução da desigualdade, conforme medido pelo coeficiente de Gini (34%), seguido pela África do Sul (22%), Lesoto (14%) e Seychelles (13%). No outro extremo da tabela estão a RDC, o Zimbabwe, a Tanzânia, Madagáscar e a Zâmbia, onde os serviços públicos reduzem a desigualdade em menos de 5%, porque gastam muito pouco nos três setores e não gastam progressivamente.

4.5 DESPESAS AGRÍCOLAS COM PEQUENOS PROPRIETÁRIOS E ALIMENTOS

As despesas de agricultura podem desempenhar um papel fundamental no combate à desigualdade se aumentarem os rendimentos dos pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas e reduzirem a insegurança alimentar.

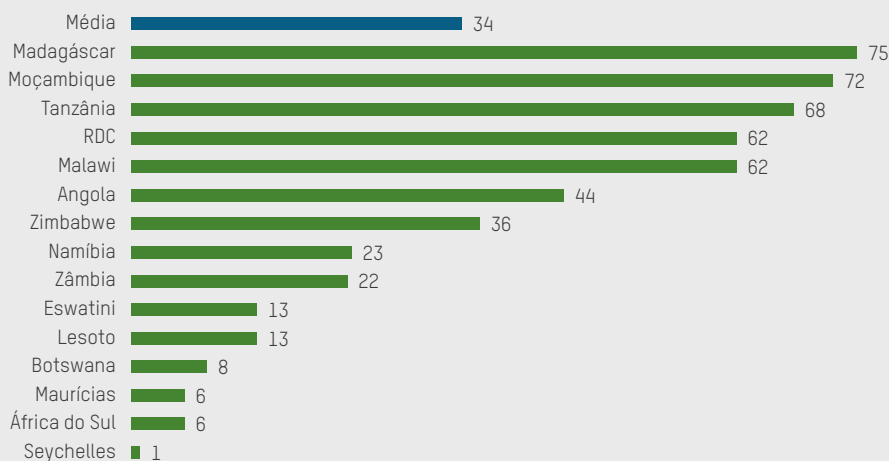
A agricultura diminuiu em importância para muitas economias da SADC nas últimas décadas, à medida que o crescimento do setor estagnou. Contudo, como mostram as **Figuras 19 e 20**, ainda representa 11% do PIB e 34% da força de trabalho em média, e ainda é um setor vital para os trabalhadores na RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Angola. Além disso, a pobreza rural mantém-se acima da pobreza urbana na maioria dos países. A insegurança alimentar é muito alta, e a pobreza rural e a insegurança alimentar são os principais impulsionadores da desigualdade.¹²⁴

FIGURA 19: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NO PIB (%)



Fonte: Banco Mundial (n.d.).¹²⁵

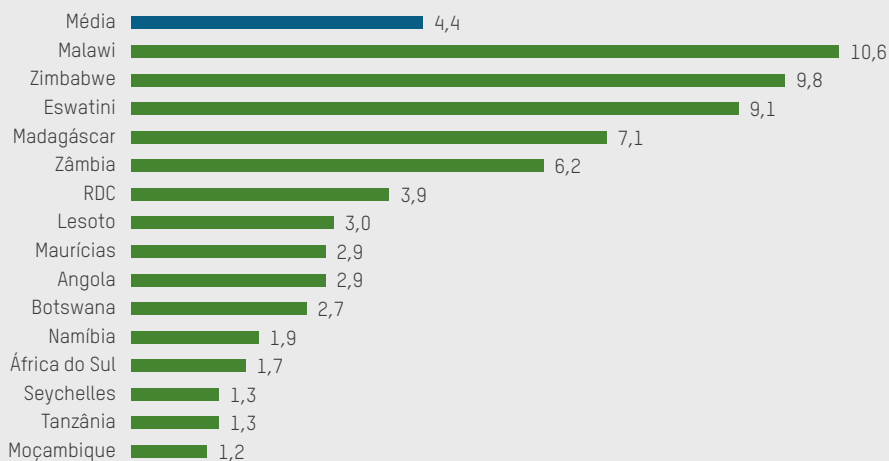
FIGURA 20: PARTICIPAÇÃO DA MÃO DE OBRA NA AGRICULTURA (%)



Fonte: ILO (n.d.).¹²⁶ Participação da mão de obra na agricultura em 2017.

Para reverter a estagnação do setor e reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar, em 2014, os países da SADC comprometeram-se novamente com o CAADP, que apelou aos governos que aumentassem as suas dotações orçamentais anuais para a agricultura para pelo menos 10%.¹²⁷ Como mostra a **Figura 21**, apenas o Malawi atingiu essa meta, embora o Zimbabwe e o Eswatini estejam a aproximar-se. Moçambique e Tanzânia são os países com pior desempenho, embora a agricultura seja especialmente essencial para o rendimento familiar nesses países.

FIGURA 21: DESPESAS AGRÍCOLAS (% DO ORÇAMENTO DO GOVERNO, 2019)



Fontes: Documentos do orçamento nacional para 2019.

Os dados disponíveis não permitem uma discriminação das despesas agrícolas em destinatários: desconhece-se quanto é atribuído aos pequenos produtores e quanto é atribuído à agroindústria. Isto significa que não é possível avaliar se as despesas ajudarão a reduzir a pobreza rural, nem se serão direcionadas para culturas alimentares em vez de exportações, e, assim, reduzirão a insegurança alimentar. Deveria ser uma prioridade para os governos da região desagregar as suas despesas mais detalhadamente para que seja mais fácil avaliar quais os programas que provavelmente ajudarão a combater a pobreza rural, a insegurança alimentar e a desigualdade.



5 OS SISTEMAS FISCAIS DOS PAÍSES DA SADC ESTÃO A REDUZIR A DESIGUALDADE?

O pilar da progressividade tributária do CRI avalia em que medida as políticas tributárias de um país e a sua implementação estão a reduzir a desigualdade. Os indicadores são:

- 1. Progressividade das políticas fiscais.** Os principais impostos – imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), imposto sobre o valor acrescentado (IVA) ou imposto geral sobre as vendas (IGV) – são concebidos para serem progressivos no papel? O seu peso recai mais sobre aqueles que podem pagar?
- 2. Implementação de políticas fiscais.** Quão eficazmente o país cobra os seus principais impostos e quão progressivo isso torna a cobrança de impostos na prática?
- 3. Impacto do imposto na desigualdade.** Qual o impacto do imposto arrecadado sobre a desigualdade de rendimentos, conforme medido pelo coeficiente de Gini?

A **Tabela 8** mostra que a SADC tem o melhor desempenho entre as regiões africanas em termos das pontuações médias (ponderadas pela população) em todo o pilar fiscal, embora as outras regiões não estejam muito atrás. Atinge uma pontuação média de quase dois terços da das regiões com os melhores desempenhos do mundo. Isto reflete o facto de, conforme mostrado na **Tabela 9**, sete países (África do Sul, Seychelles, Lesoto, Angola, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique) estarem no terço superior do índice global. Apenas cinco (Maurícias, Madagáscar, Zimbabwe, Eswatini e RDC) estão no terço inferior.

Devido a uma estrutura tributária progressiva e alta arrecadação de impostos, o sistema tributário da África do Sul tem o maior impacto no mundo na redução da desigualdade. Contudo, o governo poderia fazer muito mais para tornar o seu sistema mais progressivo, por exemplo, introduzindo um imposto sobre o património, melhorando os impostos sobre a propriedade e cobrando mais impostos de grandes empresas e indivíduos abastados, combatendo eficazmente a evasão fiscal.¹²⁸ No outro extremo da tabela da SADC estão as Maurícias, devido ao baixo imposto sobre as sociedades de apenas 15%, imposto sobre o rendimento pessoal muito baixo e várias práticas fiscais prejudiciais semelhantes a paraísos fiscais.

TABELA 8: PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES REGIONAIS DO CRI EM TERMOS DE PROGRESSIVIDADE FISCAL

Região	Média de pontuações de CRI	Classificação africana
SADC	0,64	1
África Oriental	0,63	2
Norte de África	0,58	3
África Central	0,53	4
África Ocidental	0,49	5

TABELA 9: CLASSIFICAÇÕES REGIONAIS, AFRICANAS E GLOBAIS DE CRI EM TERMOS DE PROGRESSIVIDADE FISCAL

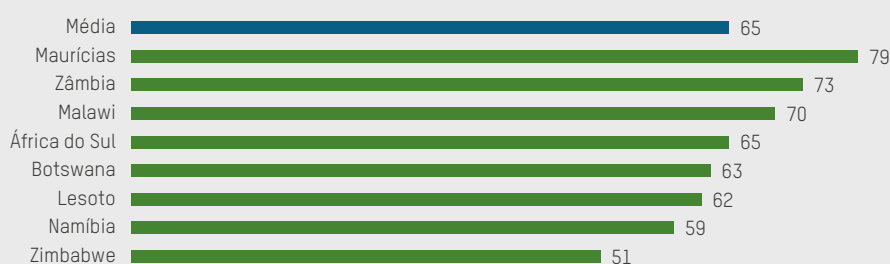
Pais	Classificação da SADC (15)	Classificação africana (47)	Classificação global (158)
África do Sul	1	1	1
Seychelles	2	6	15
Lesoto	3	8	20
Angola	4	9	25
Tanzânia	5	11	39
Zâmbia	6	13	44
Moçambique	7	14	48
Malawi	8	15	54
Botswana	9	17	56
Namíbia	10	18	59
RDC	11	33	107
Eswatini	12	36	116
Zimbabwe	13	41	133
Madagáscar	14	42	134
Maurícias	15	44	138

Fonte: M. Martin et al. (2020).

O aumento das receitas fiscais tem um enorme potencial para financiar programas governamentais para reduzir a desigualdade. Se os governos da SADC tivessem aumentado a sua receita fiscal em apenas 1% do PIB, isto teria permitido angariar 6,5 mil milhões de dólares em novas receitas para 2021, o suficiente para fornecer uma educação primária de qualidade todos os anos a mais de 10 milhões de crianças na região.¹²⁹

Além disso, os cidadãos da SADC apoiam fortemente sistemas fiscais mais progressivos. A **Figura 22** mostra os resultados de um estudo da Afrobarometer cobrindo 8 dos 15 países neste relatório, que constatou que quase dois terços dos cidadãos acham justo tributar pessoas abastadas a uma taxa mais alta para ajudar a pagar por programas governamentais que beneficiam as pessoas em situação de pobreza.¹³⁰

FIGURA 22: PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO QUE APOIA A TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA (%)



Fonte: Estudos Round 8 da Afrobarometer.

5.1 PROGRESSIVIDADE DAS POLÍTICAS FISCAIS NO PAPEL

Este indicador mede se os principais impostos (IRC, IRS e IVA ou IGV) estão estruturados de forma progressiva, de modo que os cidadãos mais abastados tenham de pagar uma parcela maior do seu rendimento e os cidadãos mais pobres sejam amplamente isentos. Nesses aspetos, a RDC, o Malawi e a Zâmbia têm um desempenho particularmente bom, mas as Maurícias e Madagáscar têm um fraco desempenho.

Este indicador também inclui uma avaliação sobre se os países estão a promover “práticas fiscais prejudiciais” através das suas políticas fiscais, como agir como paraísos fiscais e privar os seus próprios cidadãos (e os de outros países) de receitas. A maioria dos membros da SADC não está envolvida em tal comportamento, mas as Maurícias e, em menor grau, a Namíbia e as Seychelles estão.

FIGURA 23: TAXAS DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (%)

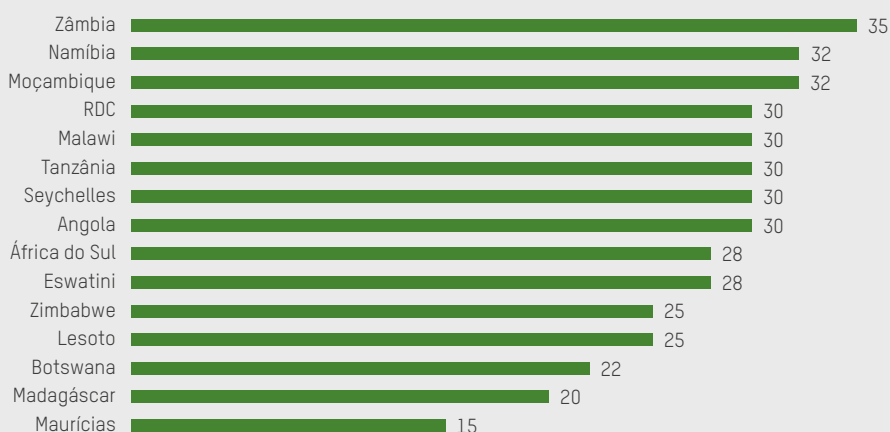
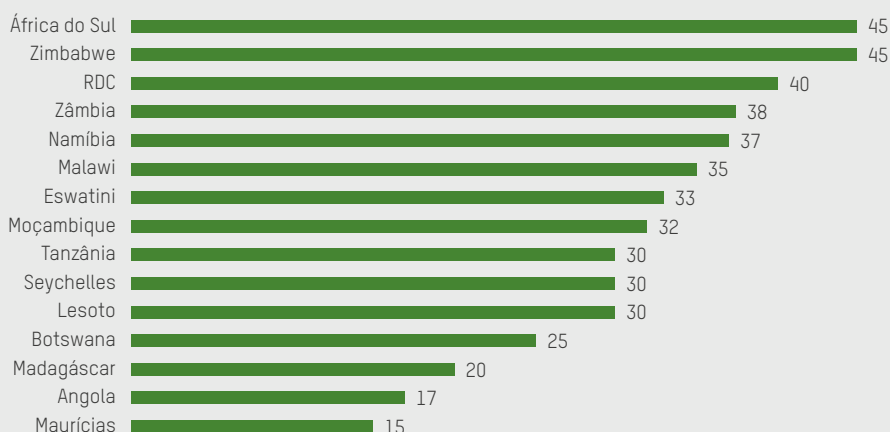


FIGURA 24: PRINCIPAIS TAXAS DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (%)



Fonte: M. Martin et al. (2020), com base em documentos orçamentais nacionais e códigos fiscais.

Analisando mais detalhadamente os impostos individuais, a taxa média de IRC da SADC é de 27,4%, ligeiramente abaixo da média africana de 28%. Contudo, como mostra a **Figura 23**, oito países (Zâmbia, Namíbia, Moçambique, RDC, Malawi, Tanzânia, Seychelles e Angola) estão acima deste nível, enquanto três (Maurícias, Madagáscar e Botswana) estão significativamente abaixo.

FIGURA 25: TAXAS DE IVA OU IGV (%)



Fonte: M. Martin et al. (2020), com base em documentos orçamentais nacionais e códigos fiscais. O Botswana aumentou o seu IVA para 14% em 2021. Isenções de alimentos da África do Sul calculadas como proporção de alimentos básicos consumidos pelo quintil mais pobre.

A taxa máxima média de IRS da SADC é de 31,4%, novamente ligeiramente abaixo das médias africanas e globais mais amplas de 32%. A **Figura 24** mostra uma ampla variedade de taxas máximas. A taxa máxima do Zimbabwe é um terço maior do que as médias, enquanto a Maurício, Angola e Madagáscar têm taxas máximas muito baixas.

A faixa de taxas para IVA/IGV também é ampla (**Figura 25**). Estes são impostos regressivos, porque as pessoas com menos rendimentos disponíveis precisam de gastar uma proporção muito maior do seu rendimento no consumo que tributa. Como tal, os países recebem pontuações mais altas no CRI se tiverem taxas mais baixas. Madagáscar tem a maior taxa de IVA (20%), que combina com taxas de imposto sobre os rendimentos baixas para tornar o seu sistema tributário regressivo. O Botswana teve a menor taxa de IVA de 12% em 2020, mas aumentou para 14% no orçamento de 2021.

Há duas medidas políticas que podem tornar o IVA menos regressivo e reduzir o seu impacto na desigualdade:

- isenção de géneros alimentícios básicos consumidos por pessoas em situação de pobreza; e
- ter um limite mínimo relativamente alto para as empresas aceitarem pagamentos de IVA, o que exclui os comerciantes menores, reduzindo os custos para os clientes mais pobres.¹³¹

A **Tabela 10** mostra que sete países da SADC (Angola, Botswana, RDC, Lesoto, Malawi, Maurícias e Zâmbia) utilizam ambas as medidas. Cinco utilizam apenas isenções de alimentos e dois utilizam apenas limites. Um cálculo mais detalhado para a África do Sul mostra que apenas dois terços da cesta de alimentos dos cidadãos mais pobres estão isentos de IVA.

TABELA 10: ISENÇÕES DE IVA E LIMITES ELEVADOS PARA ELEGIBILIDADE NOS PAÍSES DA SADC

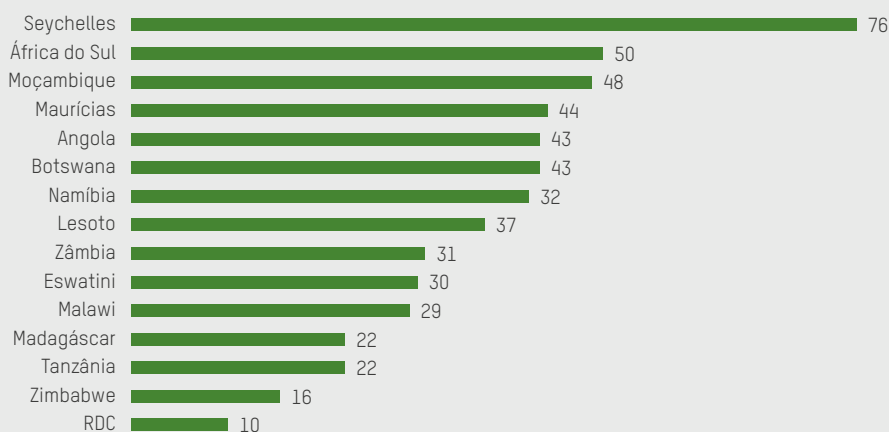
Pais	Isenções básicas de alimentos	Limites altos
Angola	Sim	Sim
Botswana	Sim	Sim
RDC	Sim	Sim
Eswatini	Sim	Não
Lesoto	Sim	Sim
Madagáscar	Não	Sim
Malawi	Sim	Sim
Maurícias	Sim	Sim
Moçambique	Sim	Não
Namíbia	Sim	Não
Seychelles	Sim	Não
África do Sul	2/3*	Sim
Tanzânia	Não	Sim
Zâmbia	Sim	Sim
Zimbabwe	Sim	Não

Os impostos sobre a riqueza também são fundamentais para reduzir a desigualdade. Podem cobrir vários tipos de riqueza (como terra, propriedade, riqueza financeira) ou transações significativas (como mais-valias, herança e donativos). Os impostos sobre o património são importantes porque, devido principalmente ao aumento do rendimento financeiro muito mais rápido do que o rendimento obtido globalmente, a desigualdade de riqueza é maior do que a desigualdade de rendimentos.¹³² Nenhum país da SADC tem um imposto sobre o stock de riqueza. Todos têm impostos sobre a propriedade, mas geralmente estão em níveis baixos, não são progressivos e/ou são cobrados de forma muito ineficaz. Muitos países têm impostos sobre mais-valias, mas estes são mais baixos do que os seus impostos sobre o rendimento, e muitos não têm impostos sobre heranças ou donativos ou cobram-nos em níveis muito baixos. Esses tipos de impostos devem ser uma prioridade para consideração futura na região. Como exemplo, um imposto progressivo sobre a riqueza dos principais 1% dos cidadãos sul-africanos poderia aumentar a receita entre 1,5% e 3,5% do PIB sul-africano: o valor mais alto permitiria à África do Sul aumentar os seus orçamentos de saúde e proteção social em 50%.¹³³

5.2 COBRANÇA FISCAL

O indicador de cobrança de impostos analisa a “produtividade” – a percentagem de imposto que cada país cobra em comparação com o que deve cobrar com base nas taxas de imposto e na base tributária a partir da qual é cobrado.¹³⁴ Com base nisso, quase todos os países da SADC têm um fraco desempenho. Apenas as Seychelles cobram a maior parte (76%) do que poderiam, com cerca de cinco outros países em cerca de 50% (Figura 26). Sete países cobram menos de um terço do que poderiam, com a RDC a 10% e o Zimbabwe a 16%. Estes baixos níveis de produtividade tributária traduzem-se em baixos índices de impostos/PIB; por exemplo, a relação imposto/PIB da RDC em 2019 foi de apenas 6,8%.¹³⁵

FIGURA 26: "PRODUTIVIDADE" DA COBRANÇA DE IMPOSTOS (%)



Fonte: M. Martin et al. (2020), com base em documentos do orçamento nacional e dados de cobrança de impostos do FMI.

Muitos países permanecem amplamente dependentes dos impostos sobre o consumo para a sua receita tributária. Todos sofrem de grandes deficiências na cobrança de impostos sobre os rendimentos. Isto reflete cinco fatores principais:

- O uso excessivo de isenções fiscais e feriados, principalmente como incentivos para atrair investimentos (principalmente estrangeiros), embora não haja evidências em todo o mundo de que tais incentivos sejam fatores importantes nas decisões de investimento.
- Evasão fiscal generalizada – evasão ilegal ou evasão legal – e “fluxos financeiros ilícitos” por grandes empresas e indivíduos com elevado património líquido.
- O uso de grandes deduções – especialmente para educação privada, saúde e pensões – dos encargos de IRS dos cidadãos mais abastados.
- Administrações fiscais fracas com capacidade insuficiente para rastrear e auditar as obrigações fiscais dos grandes contribuintes.
- Tratados fiscais desequilibrados que privam os países da capacidade de cobrar impostos de empresas multinacionais. As Maurícias, em particular, têm sido criticadas por assinar tratados fiscais com outros países africanos que permitem que as empresas paguem taxas de impostos mais baixas.¹³⁶

A maioria dos países da SADC tem tentado reduzir isenções e deduções, aumentar os esforços para combater a evasão fiscal, renegociar tratados e melhorar a sua cobrança de impostos. Contudo, ainda há muito a fazer – não apenas a nível nacional, mas através da cooperação internacional para partilhar informações fiscais, renegociar tratados e fornecer ajuda com auditoria e cobrança.

5.3 IMPACTO DOS IMPOSTOS NA DESIGUALDADE

As evidências mostram que os impostos sobre os rendimentos e o património tendem a reduzir substancialmente a desigualdade porque são progressivos e são cobrados sobretudo aos cidadãos mais abastados,¹³⁷ enquanto a maioria dos impostos sobre o consumo (por exemplo, IVA e IGV) aumentam a desigualdade porque são regressivos e são cobrados mais proporcionalmente aos cidadãos com menores rendimentos. O impacto do imposto sobre a desigualdade varia enormemente entre os países porque depende tanto das estruturas dos impostos (taxas, isenções, limites, etc.) como da escala da sua respetiva cobrança. O CRI mede esse impacto utilizando estudos específicos de cada país sobre a incidência de impostos no coeficiente de Gini onde estes foram realizados (Botswana, Eswatini, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia), ou estimativas baseadas na cobrança de impostos e coeficientes de impacto médio global noutros lugares.

Na SADC, apenas quatro países têm sistemas fiscais que reduzem a desigualdade, com a Tanzânia a reduzir o seu coeficiente de Gini em cerca de 11%, a África do Sul em 6%, a Namíbia em 2% e o Lesoto em 1%. Os outros 11 são regressivos, aumentando efetivamente a desigualdade entre 1% (RDC e Malawi) e 9% (Seychelles). Dado que 10 desses cálculos são estimativas, todos os países devem realizar estudos de incidência específicos do país o mais rápido possível para ter dados mais precisos.¹³⁸



6 AS POLÍTICAS DE TRABALHO DOS PAÍSES DA SADC ESTÃO A REDUZIR A DESIGUALDADE?

O pilar dos direitos do trabalhador e dos salários do CRI mede se as políticas de trabalho estão a reduzir a desigualdade em três níveis:

- 1. Políticas de trabalho.** A legislação prevê direitos de trabalho e sindicais, proteção para as trabalhadoras (ou seja, salários iguais, não discriminação, violação e assédio sexual, bem como duração e níveis de remuneração parental) e salários mínimos justos?
- 2. Cobertura de direitos do trabalhador.** Que proporção de trabalhadores tem direitos garantidos por meio de um contrato de trabalho formal? Isto exclui os desempregados e aqueles em empregos vulneráveis e informais.
- 3. Impacto na desigualdade salarial.** Isto é medido pelo coeficiente de salários de Gini.

A **Tabela 11** mostra que a SADC está em segundo lugar entre as sub-regiões de África em termos de pontuação média ponderada em direitos do trabalhador. Os governos da SADC fazem apenas três quartos do que o norte da África faz e apenas um terço em relação às regiões com melhor desempenho do mundo. A SADC tem vários países com direitos do trabalhador muito fracos, especialmente para as mulheres. Também tem uma pontuação baixa devido à alta proporção de pessoas em empregos vulneráveis ou desempregadas, que não têm direitos do trabalhador. Por outro lado, tem um desempenho relativamente bom em termos de salários mínimos.

A **Tabela 12** mostra que apenas dois países (Seychelles e Maurícias) estão no terço superior do CRI global. Isto reflete fortes direitos sindicais e dos trabalhadores e níveis mais baixos de desigualdade salarial. Contudo, sete países estão no terço inferior do índice global.

TABELA 11: PONTUAÇÕES E CLASSIFICAÇÕES REGIONAIS DO CRI EM TERMOS DE DIREITOS DO TRABALHO

Região	Pontuação de direitos do trabalho	Classificação africana
Norte de África	0,49	1
SADC	0,36	2
África Oriental	0,17	3
África Central	0,16	4
África Ocidental	0,12	5

TABELA 12: CLASSIFICAÇÕES REGIONAIS, AFRICANAS E GLOBAIS DO CRI EM TERMOS DE DIREITOS DO TRABALHO PARA OS PAÍSES DA SADC

País	Classificação da SADC (15)	Classificação africana (47)	Classificação global (158)
Seychelles	1	1	29
Maurícias	2	2	50
África do Sul	3	3	53
Lesoto	4	6	76
Malawi	5	7	85
Eswatini	6	9	97
Botswana	7	12	100
Namíbia	8	14	104
Moçambique	9	18	118
RDC	10	21	122
Angola	11	23	125
Madagáscar	12	27	129
Zimbabue	13	31	135
Zâmbia	14	34	139
Tanzânia	15	35	144

6.1 POLÍTICAS DE TRABALHO

A RDC, o Malawi e Moçambique têm melhor desempenho em políticas e leis que aumentam os direitos do trabalho na SADC e estão entre os 10 melhores do mundo. Isto reflete os seus altos salários mínimos e leis fortes no papel. No outro extremo da tabela estão o Botswana, Zimbabwe, Eswatini, Angola e Tanzânia, que são derrotados por direitos sindicais pobres e salários mínimos mais baixos. Contudo, a pontuação geral do pilar de trabalho da maioria dos países membros da SADC é então reduzida ainda mais por altos níveis de desemprego e emprego informal ou vulnerável, bem como pela alta desigualdade salarial. Estes problemas refletem o facto de as políticas não serem implementadas de forma eficaz.

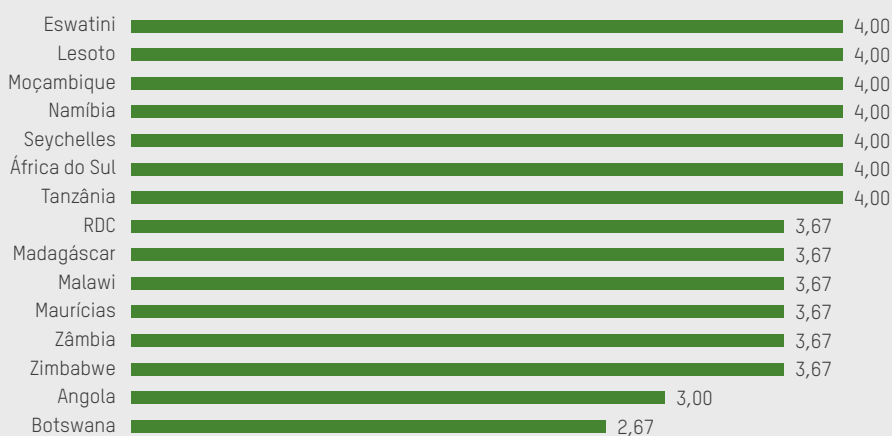
O Malawi, o Lesoto e as Seychelles estão entre os 50 melhores do mundo para os Indicadores de Direitos do Trabalho da Penn State University sobre direitos sindicais e dos trabalhadores. Aprovaram todas as leis necessárias para permitir a liberdade de associação e os direitos de negociação coletiva e raramente as violam. Em contrapartida, o Zimbabwe, RDC, Tanzânia, Eswatini, Botswana e Zâmbia estão todos em terceiro lugar neste indicador: em 2017, ignoravam muita legislação crítica e, muitas vezes, violavam a legislação existente. Na SADC, 11 países avançaram neste indicador entre 2015 e 2017, nomeadamente o Eswatini e o Zimbabwe, enquanto outros retrocederam, nomeadamente as Maurícias, Angola e Tanzânia, que viram mais violações dos direitos do trabalho.¹³⁹

As mulheres precisam de proteções específicas adicionais para aumentar a participação no mercado de trabalho e os níveis salariais. Como resultado, o CRI analisa como esses direitos são protegidos, avaliando se existem leis para:

1. evitar a discriminação na contratação;
2. evitar a discriminação no local de trabalho;
3. garantir igualdade salarial para trabalho de igual valor; e
4. proteger as mulheres de forma abrangente contra a violência de género e o assédio sexual.

Como mostra a **Figura 27**, a maioria dos países da SADC tem uma boa pontuação neste indicador, com sete países com leis de alta qualidade nas quatro áreas. Sete países são colocados abaixo por não incluir a violação conjugal nas suas leis anti violação, Angola é colocada abaixo por não ter uma lei de assédio sexual e o Botswana por não ter uma lei de igualdade salarial.

FIGURA 27: DIREITOS DO TRABALHO DAS MULHERES PREVISTOS NA LEI
(NÚMERO DE LEIS DE ALTA QUALIDADE)

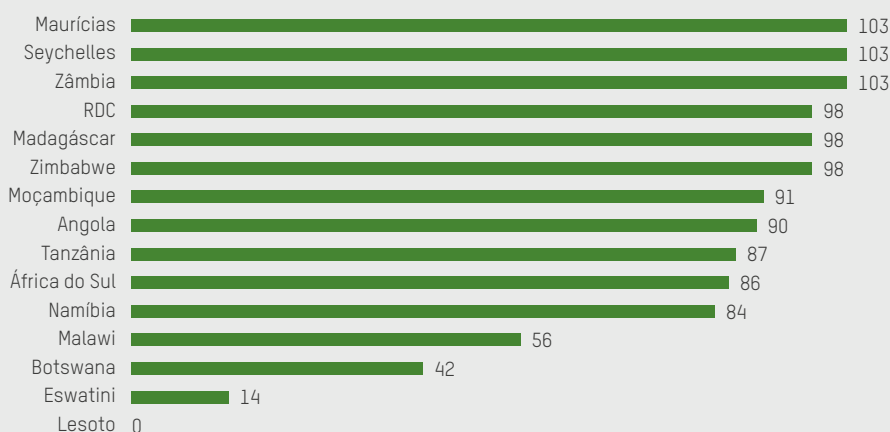


Fonte: M. Martin et al. (2020), com base nas leis do trabalho nacionais.

O segundo indicador de direitos das mulheres é o número de dias de licença parental remunerada fornecida. Isto é essencial para que os pais possam assumir as suas funções de cuidar dos filhos sem perder rendimentos. Este indicador é avaliado com base no número de dias de licença remunerada multiplicado pela percentagem de rendimento anterior pago ao trabalhador. Como mostra a **Figura 28**, três países da SADC oferecem 100 dias ou mais de pagamento integral. Contudo, cinco países oferecem apenas 80–91 dias, o Malawi oferece 56, o Botswana 42 e o Eswatini uns insignificantes 14 dias. O Lesoto é o único país da região e um dos únicos cinco países do mundo que não oferece nenhuma licença parental.

Outro indicador importante utilizado globalmente para avaliar se a carga de cuidados para as mulheres é aliviada é a licença de paternidade: A SADC tem um fraco desempenho neste indicador, com oito países sem licença de paternidade. Moçambique oferece apenas um dia; o Botswana e a Tanzânia oferecem três; as Maurícias, as Seychelles e a Zâmbia cinco; e a África do Sul oferece 10 dias (pagos a 66% do salário anterior).

FIGURA 28: LICENÇA PARENTAL (DIAS X % DE SALÁRIO ANTERIOR PAGO)

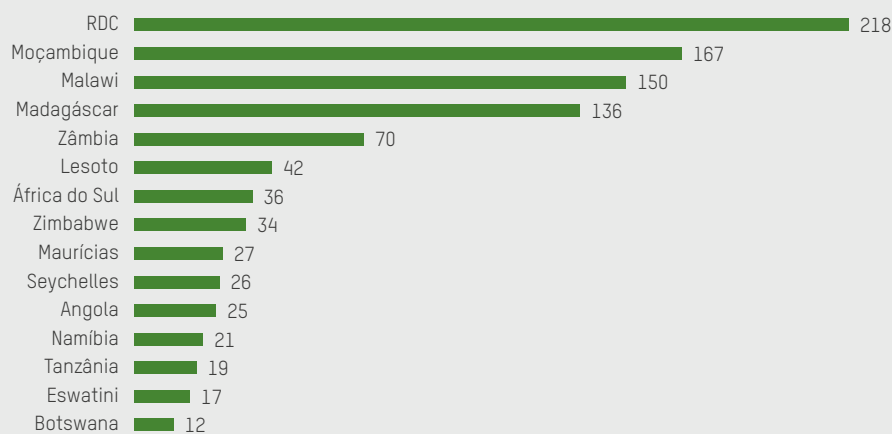


Fonte: M. Martin et al. (2020), com base nas leis do trabalho nacionais.

O indicador final utilizado para avaliar as políticas do trabalho é o salário mínimo de um país. Idealmente, isto seria avaliado em relação ao padrão de um “salário digno” que permite aos trabalhadores pagar todas as necessidades básicas de uma vida decente. Contudo, os salários dignos não foram calculados para a maioria dos países da SADC, pelo que, em vez disso, comparámos os salários mínimos com o PIB per capita: isto tem a vantagem adicional (em comparação, por exemplo, com os salários médios) de refletir se o salário mínimo está a ajudar a aumentar a participação de rendimentos de trabalho do PIB.

Como mostra a **Figura 29**, quatro países da SADC têm um desempenho relativamente bom neste indicador, com a RDC, Moçambique, Malawi e Madagáscar a estabelecer salários bem acima do PIB per capita. Isto reflete grandes aumentos recentes nos salários mínimos. Contudo, 10 países têm um desempenho muito menor, com salários mínimos abaixo de 50% do seu PIB per capita, incluindo a África do Sul, que introduziu um salário mínimo nacional em 2020 (mas com salários mais baixos para trabalhadores domésticos, pelo que usamos esse nível mais baixo para medir o seu salário mínimo).

FIGURA 29: SALÁRIO MÍNIMO EM % DO PIB PER CAPITA

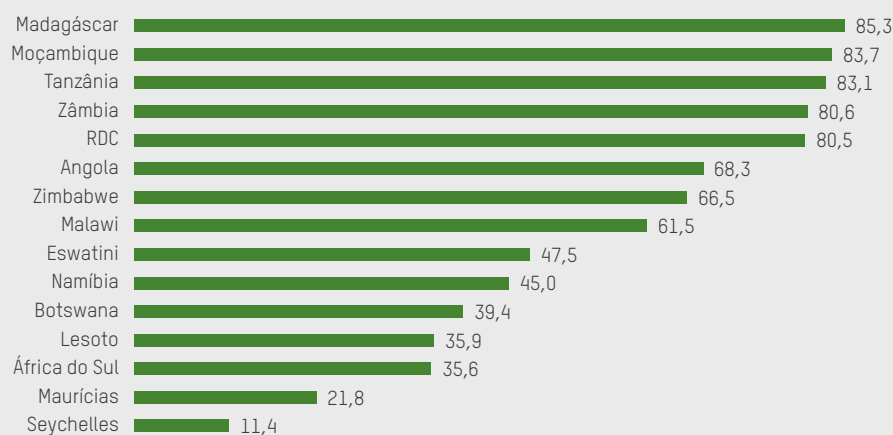


Fonte: M. Martin et al. (2020), com base nas leis salariais nacionais.

6.2 COBERTURA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Como pode ser visto na **Figura 30**, em oito países da SADC, menos de metade dos trabalhadores estão cobertos por proteções formais dos trabalhadores. Apenas nas Maurícias, na África do Sul e no Lesoto, mais de dois terços dos trabalhadores têm direitos de trabalho formais. Os países com a maior proporção de trabalhadores desprotegidos são Madagáscar, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e RDC.

FIGURA 30: TRABALHADORES SEM DIREITOS DE TRABALHO FORMAIS
[% DA MÃO DE OBRA, 2019]



Fonte: M. Martin et al. (2020), com base em dados da OIT.

No Botswana, Eswatini, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Zâmbia, a baixa cobertura dos direitos dos trabalhadores reflete níveis mais elevados de desemprego, que são iguais ou superiores a 10%. A África do Sul tem o maior desemprego, 29%. A maioria dos outros países da região tem taxas de desemprego abaixo de 5%, embora esses números não reflitam o subemprego generalizado, especialmente no setor informal.

6.3 IMPACTO NA DESIGUALDADE SALARIAL

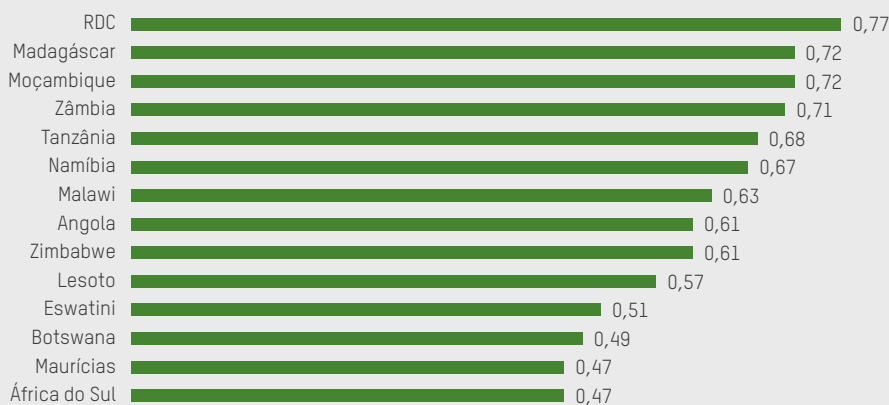
Para avaliar se as políticas trabalhistas antidesigualdade estão a reduzir a desigualdade de rendimento salarial, utilizamos estimativas da OIT do coeficiente de Gini para salários.¹⁴⁰ Isto funciona da mesma forma que o coeficiente de rendimento de Gini – quanto maior for o coeficiente, mais desiguais são os salários entre os níveis de rendimento, até um máximo de 1.

Conforme mostrado na **Figura 31**, quatro países têm coeficientes de Gini acima de 0,7, o que os coloca nos piores 20 países do mundo. Apenas cinco (África do Sul, Maurícias, Botswana e Eswatini) têm pontuações abaixo de 0,55, o que os coloca na metade menos desigual das pontuações globais dos países.

Estes coeficientes de Gini salariais muito altos refletem dois fatores principais: a fraca aplicação de políticas sobre os direitos das mulheres e salários mínimos; e os baixos salários auferidos por aqueles em empregos vulneráveis ou informais.

Assim, refletem que os mercados de trabalho em grande parte não regulamentados estão a produzir níveis extremos de desigualdade, sendo os países com a maior desigualdade salarial (como Moçambique e Zâmbia) aqueles com a menor capacidade de fazer valer os direitos que existem no papel. Será praticamente impossível para os governos reduzirem níveis tão altos de desigualdade produzida pelo mercado a níveis que não tenham um impacto negativo no PIB utilizando apenas medidas fiscais e de despesas. Isto reforça a necessidade de políticas de direitos do trabalho mais fortes e respetiva aplicação nos países da SADC.

FIGURA 31: DESIGUALDADE SALARIAL (COEFICIENTE DE GINI)



Fonte: M. Martin et al. (2020), com base nas estimativas da OIT. Não há dados disponíveis da OIT para as Seychelles.

Caixa 3: Existem associações entre governança e compromisso para reduzir a desigualdade?

Em comentários recebidos sobre os relatórios CRI globais de 2018 e 2020, a DFI e a Oxfam foram instadas a analisar se a boa governança – em particular um compromisso com a transparência orçamental e o combate à corrupção – tornava os governos mais focados no combate à desigualdade. A hipótese é que a boa governança veria os cidadãos mais envolvidos nas decisões orçamentais do estado, o que significa que a distribuição era menos determinada pela riqueza, poder ou suborno entre uma pequena elite. Contudo, a causalidade pode ser inversa: que as políticas que visam reduzir a desigualdade também fazem com que os cidadãos se envolvam mais no governo do país.

Testamos as correlações entre as pontuações CRI dos países (em geral e em diferentes pilares) e dois outros índices respeitados, o Índice de Orçamento Aberto (OBI) da International Budget Partnership e o Índice de Perceção de Corrupção (CPI) da Transparency International.¹⁴¹ Nenhum dos índices cobre todos os países do CRI, sendo que o CPI cobre 152 e o OBI 106.¹⁴²

Não há pontos de dados suficientes para fazer o teste econométrico completo valer a pena, mas a análise estatística simples mostra correlações relativamente altas com o pilar geral do CRI e dos serviços públicos. Conforme mostrado na **Tabela 13**, para o conjunto global completo de países, todos os coeficientes de correlação excedem 0,628 (a maior correlação possível seria 1). A relação mais forte é entre o pilar de serviços públicos CRI e o CPI (0,743). Também testámos o pilar tributário do CRI em relação aos outros dois índices, mas não encontramos praticamente nenhuma correlação, com o CPI a 0,053 e OBI a 0,140. Não testámos o pilar do trabalho porque não havia uma hipótese credível de que políticas anticorrupção ou de transparência orçamental influenciariam as políticas do trabalho.

Em seguida, analisámos mais de perto as correlações para os países da SADC e constatámos que são ainda maiores (iguais ou superiores a 0,8) para o CPI, mas ligeiramente inferiores para transparência orçamental do que as pontuações globais. As pontuações fiscais também são mais altas, com 0,407 para o OBI e 0,331 para o CPI.

Estas descobertas indicam que tanto as perceções de corrupção como a transparência orçamental têm fortes associações a pontuações mais altas no CRI. Contudo, correlações mais altas de CPI implicam que perceções mais baixas de corrupção estão ainda mais intimamente ligadas aos serviços públicos antidesigualdade do que à transparência orçamental. Estes efeitos parecem ser particularmente fortes nos países da SADC. Não podemos realizar testes de causalidade para determinar se a governança influencia as políticas antidesigualdade ou vice-versa, mas é claro que as políticas antidesigualdade devem ser acompanhadas por fortes esforços para combater a corrupção e tornar os orçamentos transparentes se pretendem ser bem-sucedidas.

TABELA 13: CORRELAÇÕES ENTRE AS PONTUAÇÕES DO CRI E AS PONTUAÇÕES NOS ÍNDICES DE GOVERNANÇA GLOBAL

Pontuações do CRI utilizadas para testes	CRI-CPI correlação	CRI-OBI correlação
Pontuações gerais globais do CRI	0,697	0,633
Pontuações globais de serviços públicos do CRI	0,743	0,628
Pontuações fiscais globais do CRI	0,053	0,140
Pontuações gerais do CRI para a SADC	0,799	0,598
Pontuações de serviços públicos do CRI para a SADC	0,851	0,566
Pontuações fiscais do CRI para a SADC	0,331	0,407

Fontes: CRI de www.inequalityindex.org; CPI de www.transparency.org/en/cpi/2020/index; OBI de survey.internationalbudget.org/#home 7

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Não há nada inevitável sobre a crise de desigualdade extremamente alta que caracterizou as sociedades da SADC antes da COVID-19, nem sobre o seu agravamento dramático durante a pandemia. Contudo, sem esforços conjuntos dos governos e apoio da comunidade internacional, a crise agravar-se-á e impedirá que os governos da região cumpram a maioria dos ODS.

A pandemia deve servir como um alerta para os líderes nacionais, regionais e globais para uma recuperação inclusiva que enfrente a desigualdade de forma agressiva. Apesar dos fortes esforços antidesigualdade de alguns governos da região, a desigualdade produzida pelo mercado devido a direitos do trabalho precários e fatores estruturais, como o acesso desigual à terra e ao crédito, manteve a desigualdade muito alta. Apenas a combinação de medidas imediatas para reverter os aumentos da desigualdade relacionados com a pandemia, o compromisso nacional fortemente reforçado com as políticas antidesigualdade e o apoio dos níveis regional e internacional pode permitir que os países da SADC saiam da pandemia sem um grande aumento da desigualdade e pobreza – e retomem o seu progresso em direção ao cumprimento dos ODS.

7.1 AS RECOMENDAÇÕES MAIS URGENTES

O **Capítulo 1** mostrou que as respostas políticas iniciais à pandemia falharam em combater a desigualdade sistematicamente. As consequências macroeconómicas da pandemia aceleraram um recente aumento nos encargos da dívida, absorvendo 42% da receita do governo e eliminando os gastos antidesigualdade. O mais preocupante é a onda de austeridade planeada pela maioria dos governos da região, o que poderia resultar num corte cumulativo nos orçamentos públicos de quase 75 mil milhões de dólares até 2026, em parte devido a uma falha em aumentar o financiamento sustentável da tributação progressiva. Numa região em que as pontuações do CRI mostram que muitos governos estão entre os menos comprometidos do mundo com as despesas antidesigualdade, isto será desastroso. Portanto, é extremamente urgente que os governos da SADC, as instituições regionais e a comunidade internacional tomem medidas agora para reverter essas tendências.

As medidas mais urgentes devem incluir:

- acelerar a distribuição de vacinas gratuitas contra a COVID-19 em todos os países da SADC para garantir altos níveis de cobertura de vacinação até meados de 2022; e
- reverter imediatamente a austeridade fiscal planeada, com especial ênfase no aumento das despesas de saúde, educação e proteção social para alcançar os ODS.

Estes esforços especiais de despesas devem ser financiados por:

- aumento das taxas e cobrança de impostos progressivos sobre rendimento e património em cada país;
- transformação do DSSI atual em cancelamentos do serviço da dívida devido a todos os credores (incluindo comercial e multilateral) entre 2020 e 2022;
- realocação dos 400 mil milhões de dólares de DSE emitidos para economias de alto rendimento, para economias de baixo rendimento, em condições altamente favoráveis e com condicionalidade mínima; e
- aumento dos fluxos de ajuda para a região com o objetivo de aumentar as despesas sociais antidesigualdade.

Com base na mobilização deste financiamento, o FMI e o Banco Mundial deverão elaborar os seus programas e conselhos para os países em torno do aumento das despesas sociais, tributação progressiva, alívio da dívida e financiamento de ajuda para fornecer espaço fiscal para os países reverterem os aumentos acentuados da desigualdade e da pobreza causados pela pandemia e fazer um progresso mais rápido em direção aos ODS.

7.2 RECOMENDAÇÕES DE MÉDIO PRAZO PARA OS GOVERNOS

Os perfis dos países que acompanham este relatório contêm medidas detalhadas para cada país analisado.¹⁴³ Contudo, em toda a região, na recuperação da pandemia, é essencial que os governos nacionais e a SADC como um todo deem prioridade a orçamentos nacionais e a planos de desenvolvimento que incluam as seguintes medidas:

1. Em resposta à pandemia do Coronavírus, os governos deverão melhorar drasticamente os seus esforços em matéria de gastos progressivos, tributação e remuneração e proteção dos trabalhadores como parte dos Planos Nacionais de Redução da Desigualdade no âmbito do SDG 10. Estes planos devem ter objetivos calendarizados e mensuráveis acordados com os cidadãos para reduzir a desigualdade.

2. Gastar o suficiente em serviços públicos universais de alta qualidade que reduzam o fosso entre ricos e pobres e entre homens e mulheres

- Alocar um mínimo de 20% dos orçamentos do governo à educação universal gratuita, com especial ênfase na melhoria do acesso à educação primária e secundária de alta qualidade.
- Alocar um mínimo de 15% dos orçamentos do governo ao financiamento de um setor de saúde pública gratuito no momento da utilização, universal, facilmente acessível e de alta qualidade; garantir que todos os cidadãos recebem cobertura de saúde e evitar pagamentos catastróficos.
- Promulgar programas universais de proteção social que sejam adequadamente financiados para garantir proteção aos trabalhadores pobres, crianças, portadores de deficiência, desempregados e outros grupos vulneráveis, incluindo reformados.
- Na medida do possível, utilizar os ODS que lhes foram atribuídos em agosto de 2021 para aumentar os investimentos públicos em proteção social, saúde, educação e água. Isto deve ser feito de forma transparente e responsável perante o parlamento e os cidadãos.

3. Aumentar o apoio do governo para a agricultura de produção de alimentos de pequena escala

- Alocar pelo menos 10% dos orçamentos do governo ao apoio da agricultura, especialmente em países onde a agricultura é um setor-chave para o emprego e o rendimento, com o máximo possível alocado a pequenos proprietários e culturas alimentares.
- Desenvolver planos nacionais de investimento agrícola que sejam sensíveis ao género e procurem apoiar sobretudo os pequenos agricultores em setores agrícolas não comerciais, mostrando como cada país alcançará a segurança alimentar e acabará com a pobreza rural até 2030.

4. Redistribuir por meio de tributação progressiva

- Tornar os impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas mais progressivos e aumentar as taxas máximas, em particular.
- Reforçar outros impostos progressivos, como aqueles que incidem sobre as mais-valias, propriedades e transações financeiras e rendimentos.
- Garantir que o valor acrescentado e os impostos gerais sobre vendas isentam produtos alimentares básicos e estabelecem altos limites de registo para excluir pequenos comerciantes.
- Introduzir impostos sobre o património, incluindo património mantido em offshores.
- Garantir que as empresas multinacionais pagam a sua justa parte dos impostos, fortalecendo as políticas de evasão fiscal, a legislação de preços de transferência e as contramedidas contra paraísos fiscais.
- Parar a “corrida para o abismo” regional na tributação das empresas, eliminando incentivos fiscais desnecessários a investidores e revendo os incentivos e tratados fiscais existentes.
- Fortalecer a capacidade das autoridades fiscais nacionais de conter os fluxos financeiros ilícitos através de relatórios empresariais de rendimentos por país e troca de informações sobre lucros offshore e participações patrimoniais.

5. Fortalecer as políticas de trabalho

- Garantir que as pessoas têm o direito de se sindicalizar, fazer greve e negociar coletivamente, introduzindo e respeitando todas as leis necessárias para cumprir as convenções da OIT.
- Legislar no sentido de incluir a violação conjugal nas leis antiviolação e, em Angola, no sentido de penalizar o assédio sexual e, no Botswana, de impor igualdade salarial para trabalho igual para mulheres e homens.
- Aumentar a licença parental para pelo menos 18 semanas (126 dias) totalmente pagas a 100% do salário anterior, de acordo com as recomendações da OIT, e expandir significativamente a licença de paternidade para reduzir a carga de cuidados não remunerados sobre as mulheres.
- Aumentar os salários mínimos para corresponder ao PIB per capita e, posteriormente, estabelecer revisões anuais ascendentes para os aumentar de acordo com a inflação.
- Investir muito mais nas estruturas nacionais que garantem o cumprimento das leis do trabalho.
- Estabelecer sistemas para garantir que o setor informal cumpre progressivamente os requisitos regulamentares mínimos sobre condições de trabalho e pagamento para homens e mulheres.
- Estabelecer sistemas para incorporar gradualmente trabalhadores informais e vulneráveis (e os seus acordos de microseguro) em regimes de proteção social e seguro.
- Aumentar o investimento em empregos no setor público e obras públicas para reduzir o desemprego.

6. Fortalecer a prestação de contas orçamental e combater a corrupção

- Aumentar a transparência e a prestação de contas orçamental, fortalecendo a participação pública no processo orçamental e a supervisão das leis e das instituições de auditoria supremas.
- Fortalecer as medidas anticorrupção e a monitorização por parte dos cidadãos das despesas para garantir que as despesas antidesigualdade chegam aos beneficiários pretendidos.

7.3 RECOMENDAÇÕES PARA A SADC

O mandato do Secretariado da SADC inclui o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, o que não pode ser alcançado na região sem reduzir drasticamente a desigualdade.¹⁴⁴ Aspectos específicos do seu plano de 2020–30 incluem o desenvolvimento do capital social e humano, com um foco transversal na igualdade de género.¹⁴⁵ Como tal, a SADC deve colocar a redução da desigualdade no centro do seu trabalho futuro, ao:

1. Reconhecer e planejar a solução da extrema crise de desigualdade da SADC

- Priorizar o combate à desigualdade nas agendas das reuniões ministeriais e do Secretariado.
- Desenvolver um plano de ação regional conjunto para aumentar o compromisso com a redução da desigualdade.
- Estabelecer um mecanismo robusto para apoiar e monitorizar a concretização do ODS 10 sobre a redução da desigualdade.

2. Incentivar “uma corrida ao topo” nas políticas para reduzir a desigualdade

- Reforçar o papel do Secretariado da SADC no aconselhamento aos membros sobre a coordenação das políticas fiscais, através da construção de um quadro de harmonização regional da SADC para sistemas fiscais semelhantes aos existentes na Comunidade da África Oriental e na União Económica e Monetária da África Ocidental, envolvendo impostos sobre o rendimento mais progressivos e IVA e reforço dos impostos sobre mais-valias, propriedade, rendimento financeiro e património.
- Procurar obter a harmonização regional dos códigos de investimento e impostos para conter a concorrência tributária prejudicial na região, particularmente limitando drasticamente os incentivos fiscais.
- Desenvolver quadros regionais comuns sobre medidas para combater a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos, incluindo diretrizes regionais de preços de transferência, relatórios fiscais empresariais por país e troca de informações sobre contas de indivíduos com elevado património líquido.
- Desenvolver e monitorizar o cumprimento das normas regionais sobre despesas sociais em educação, saúde, proteção social e agricultura, bem como a cobertura de serviços públicos para pessoas em situação de pobreza.
- Desenvolver e monitorizar o cumprimento das normas regionais sobre políticas do trabalho destinadas a reduzir a desigualdade, como direitos sindicais, direitos das mulheres, salários mínimos e políticas para incentivar a formalização do emprego.

7.4 RECOMENDAÇÕES PARA A COMUNIDADE INTERNACIONAL

A comunidade internacional deve apoiar os esforços nacionais e regionais, ao:

- Parar imediatamente de bloquear a proposta TRIPS de renúncia à propriedade intelectual sobre vacinas, tratamentos e tecnologia relacionados com a Covid-19 e apoiar a partilha obrigatória de tecnologia e conhecimentos em matéria de vacinas pelas empresas farmacêuticas, incluindo a partilha da tecnologia MRNA com o centro de MRNA da OMS na África do Sul.
- Mandatar o FMI e o Banco Mundial para assegurar que todas as estratégias, programas e conselhos políticos dos países da SADC se concentrem na redução das desigualdades, e contenham medidas específicas para que as políticas fiscais, de serviços públicos e laborais o consigam mais eficazmente, e que deixem de promover a austeridade.
- Fornecer o cancelamento abrangente da dívida aos países da SADC para reduzir o serviço da dívida a níveis baixos e garantir que têm financiamento suficiente para alcançar os ODS, especialmente em termos de cuidados de saúde universais, educação e proteção social.
- Considerar a emissão regular de grandes quantidades anuais de DSE durante a próxima década, direcionadas e realocadas a países em desenvolvimento para aumentar a sua capacidade de gastar progressivamente.
- Estabelecer um fundo global para proteção social que apoie países de médio-baixo e baixa rendimento a fornecer proteção social para todos até 2030.
- Introduzir impostos de solidariedade nos seus próprios países sobre o património, rendimento, transações financeiras e emissões de carbono, direcionando uma parte da receita para países de baixo rendimento.
- Ajudar os países em desenvolvimento a cobrar mais impostos, revertendo a “corrida para o abismo” global sobre as taxas de imposto sobre as sociedades e acabando com os tratados fiscais que reduzem a cobrança de impostos.
- Garantir que todas as reformas tributárias globais fornecem uma parte justa dos seus benefícios aos países em desenvolvimento, fazendo com que todos os lucros sejam tributados onde foram criados e por meio de um processo em que os países em desenvolvimento estão igualmente representados.

ANEXO 1: ÍNDICE DE COMPROMISSO COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE 2020: CLASSIFICAÇÕES DOS PAÍSES AFRICANOS

Pais	Classi- ficação global	Classi- ficação africana (47)	Pais	Classi- ficação global	Classi- ficação africana (47)
África do Sul	(158)	1	Senegal	127	25
Seychelles	21	2	Tanzânia	130	26
Tunísia	48	3	Gâmbia	132	27
Namíbia	52	4	Ruanda	133	28
Lesoto	54	5	Burquina Faso	134	29
Botswana	60	6	República Democrática do Congo	135	30
Argélia	70	7	Etiópia	136	31
Quênia	76	8	República do Congo	137	32
Maurícias	79	9	Zimbabwe	138	33
Togo	82	10	Camarões	139	34
Cabo Verde	91	11	Guiné	140	35
Eswatini	96	12	Costa do Marfim	141	36
Malawi	97	13	Níger	142	37
Djibouti	101	14	Uganda	143	38
São Tomé e Príncipe	105	15	Serra Leoa	145	39
Egito	113	16	Burundi	147	40
Moçambique	115	17	Madagáscar	148	41
Angola	118	18	Guiné-Bissau	150	42
Marrocos	120	19	República Centro-Africana	151	43
Gana	121	20	Libéria	154	44
Zâmbia	122	21	Chade	155	45
Mauritânia	123	22	Nigéria	157	46
Mali	125	23	Sudão do Sul	158	47
Benim	126	24			

NOTAS

Salvo se especificado, todos os links foram consultados pela última vez em novembro de 2021.

- 1 João 10:10.
- 2 World Council of Churches, ACT Alliance, Lutheran World Federation, Interfaith standing Committee on Economic Justice and Integrity of Creation, Norwegian Church Aid, Christian Aid (2021). *Theological Reflection on Inequality and Poverty*. Retirado a 1 de dezembro de 2021 de https://www.youtube.com/watch?v=bzr0J-S8_0
- 3 Alcorão 2:30.
- 4 *Diakonia in the Time of Inequality: Sigtuna Statement on Theology, Tax and Social Protection, January 2017*. Retirado a 1º de dezembro de 2021 de <https://www.kirkensnodhjelp.no/globalassets/lanserte-rapporter/2017/diakonia-in-a-time-of-inequality.pdf>
- 5 Our World in Data. (2022, 30 de março). *Coronavirus (COVID-19) Vaccinations*. <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>
- 6 Consulte M. Lawson e M. Martin. (2018). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2018: A Global Ranking of Governments Based on What They are Doing to Tackle the Gap Between Rich and Poor*. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-commitment-to-reducing-inequality-index-2018-a-global-ranking-of-government-620553>
- 7 Este relatório analisa 15 dos 16 governos membros da SADC. As Comores são excluídas devido à falta de dados públicos suficientes para que sejam incluídas no Índice de Compromisso com a Redução da Desigualdade.
- 8 I. Ramdoo. (2020). *The Impact of COVID-19 on Employment in Mining*. IGF. The International Institute for Sustainable Development. Disponível em <https://www.iisd.org/publications/brief/impact-covid-19-employment-mining>
- 9 Dados de Our World in Data. (2022). *Coronavirus (COVID-19) Vaccinations*. Veja também OMS (2021, 2 de setembro). *Eight in 10 African Countries to Miss Crucial Covid-19 Vaccination Goal*. De acordo com o Gabinete Regional da OMS para a África, apenas 2% das mais de 5 milhões de doses de vacina administradas globalmente ao abrigo da COVAX foram administradas em África.
- 10 Isto é estimado comparando o crescimento real do PIB previsto pelo FMI para 2020 antes da crise da COVID-19 (a partir de outubro de 2019) com os números reais de crescimento real do PIB da região para 2020 a partir de outubro de 2021. A diferença é considerada como representativa da perda económica para a região. As projeções de 2019 são do FMI. (2019). *Sub-Saharan Africa Regional Economic Outlook: Navigating Uncertainty*. <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2019/10/01/sreo1019>. O crescimento real do PIB para 2020 é retirado do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*. <https://www.imf.org/en/Publications/WE0/weo-database/2021/October>
- 11 I. Strauss, G. Isaacs, and J. Rosenberg. (2021), 'The Effect of Shocks to GDP on Employment in SADC Member States During COVID-19 Using a Bayesian Hierarchical Model', *African Development Review*, 33, S221–S237.
- 12 J. Ray. (2021, 3 de maio). *COVID-19 Put More Than 1 Billion Out of Work*. Gallup. <https://news.gallup.com/poll/348722/covid-put-billion-work.aspx>
- 13 Isto é calculado a partir das projeções do FMI das despesas gerais do governo como uma percentagem do PIB, comparando os números de 2020 com 2021 e convertendo-os em valores em dólares por comparação com o PIB nos preços atuais. Dados do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 14 Isto é baseado num programa de duas doses com um custo estimado de 7 dólares para cada dose para os 418,2 milhões de cidadãos da região. O custo estimado de entrega da vacina é baseado numa estimativa da OMS; consulte: Reuters. (2021, 28 de abril). *Donate \$7 for a COVID-19 Vaccine to Help End Pandemic, WHO Urges*. <https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-who-donation/donate-7-for-a-covid-19-vaccine-to-help-end-pandemic-who-urges-idUSL8N2MK5MD>
Os dados populacionais são do Banco Mundial. (2021). *Population, Total*. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>
- 15 Isto é calculado a partir das projeções do FMI das despesas gerais do governo como uma percentagem do PIB, comparando os números de 2022–26 com os níveis de despesa em 2021 e convertendo-os em valores em dólares por comparação com o PIB nos preços atuais. Dados do FMI. (2021). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 16 A projeção da nova despesa pública de saúde per capita do governo é baseada na soma das despesas de saúde per capita atuais e no corte médio anual de despesas para os cinco anos entre 2022 e 2026. As despesas gerais do governo per capita da Base de Dados de Despesas Globais de Saúde da OMS foram utilizadas para chegar às despesas gerais de saúde do governo (dólares nominais a preços correntes).
- 17 Isto baseia-se na comparação dos cortes planeados para 2022–26 como percentagem do PIB com os dados da base de dados CRI sobre despesas de saúde governamentais para o último ano disponível.
- 18 Isto é calculado utilizando a receita geral do governo (% do PIB) para 2021 e convertendo-a em dólares por comparação com o PIB aos preços atuais e calculando a quanto mais um ponto percentual corresponderia. Calculada desta forma, a expansão da receita em 1% do PIB em 2021 renderia em média uns 8,9 mil milhões de dólares adicionais a cada ano para os cinco anos até 2026, o que chegaria a aproximadamente 44,3 mil milhões de dólares em cinco anos. Os dados sobre a receita geral do governo são do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*. O custo médio anual de fornecer educação primária de qualidade para os cinco anos entre 2022 e 2026 é estimado em 596 dólares utilizando os números da UNESCO e adotando-os para os países de rendimento médio-baixo que melhor capturam os países da SADC. Consulte UNESCO. (2015). *Pricing the Right to Education: The Cost of Reaching New Targets by 2030*. <https://en.unesco.org/gem-report/node/819>
- 19 Isto é baseado na análise dos dados da Forbes de 18 de março de 2020 a 30 de setembro de 2021 para cinco multimilionários: Koos Bekker, Nicky Oppenheimer e família e Patrice Motsepe, todos da África do Sul, e Mohammed Dewji e Strive Masiyiwa da Tanzânia e Zimbabwe, respetivamente.
- 20 Isto baseia-se em estudos Round 8 da Afrobarometer em oito países da SADC: África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Maurícias, Malawi, Lesoto, Namíbia e Botswana. https://afrobarometer.org/publications?field_author_value=&title=round+8&field_publication_type_tid=4378&field_publication_country_nid=All&field_language_tid=All.
- 21 Ao longo deste relatório, "SADC" refere-se a 15 dos 16 estados membros da SADC – Angola, Botswana, República Democrática do Congo (RDC), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. As Comores não estão incluídas no CRI ou neste relatório devido à falta de dados.
- 22 As fontes para todos os dados são a base de dados nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano do UNDP em <http://hdr.undp.org/en/countries>
- 23 Se o rácio de Palma for 1, significa que os 10% mais ricos e os 40% mais pobres recebem a mesma quantidade de rendimentos; se for 2, sugere que os 10% mais ricos recebem o dobro dos rendimentos que os 40% mais pobres, e assim por diante. As fontes para todos os dados são a base de dados nacional do Relatório de Desenvolvimento Humano do UNDP em <http://hdr.undp.org/en/countries>

- 24 Dados de <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx>
- 25 Consulte J.D. Ostry, A. Berg e C.G. Tangaridas. (2014). *Redistribution, Inequality, and Growth*. IMF Staff Discussion Note. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2016/12/31/Redistribution-Inequality-and-Growth-41291>; A Ostry. (2011). *Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?* Nota de debate da equipa do FMI. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2011/sdn1108.pdf>
- 26 R. Wilkinson e K. Pickett. (2010). *The Spirit Level: Why Equality is Better for Everyone*. Second edition. London: Penguin.
- 27 F. Grigoli and A. Robles. (2017). *Inequality Overhang*. Documento de trabalho do FMI. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/03/28/Inequality-Overhang-44774>
- 28 UNDP. (n.d.) Base de dados nacional dos Relatórios de Desenvolvimento Humano. <http://hdr.undp.org/en/countries>.
- 29 Os dados neste e nos parágrafos seguintes são de estudos de países compilados pelo World Inequality Lab. <https://wid.world/world>
- 30 Dados da World Inequality Database. <https://wid.world/data>
- 31 Dados da World Inequality Database. Veja também The Economist. (2021, 25 de setembro). *Unpicking Inequality in South Africa*. <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2021/09/23/unpicking-inequality-in-south-africa>
- 32 Dados da World Inequality Database.
- 33 Oxfam South Africa. (2020). *Reclaiming Power: Women's Work and Income Inequality in South Africa*. <https://www.oxfam.org.za/wp-content/uploads/2020/11/oxfam-sa-inequality-in-south-africa-report-2020.pdf>
- 34 K. Georgieva. (2020, 29 de setembro). *No Lost Generation: Can Poor Countries Avoid the Covid Trap? The Guardian*. <https://www.theguardian.com/business/2020/sep/29/covid-pandemic-imf-kristalina-georgieva>
- 35 A. Guterres. (2020, 18 de julho). *Tackling the Inequality Pandemic: A New Social Contract for a New Era*. Palestra de Nelson Mandela para a ONU em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2020-07-18/secretary-generals-nelson-mandela-lecture-%E2%80%9Ctackling-the-inequality-pandemic-new-social-contract-for-new-era%E2%80%9D-delivered>
- 36 D. Malpass. (2020, 8 de outubro). *Reversing the Inequality Pandemic: Speech by World Bank Group President David Malpass*. Discurso na Frankfurt School of Finance and Management. <https://nl4worldbank.org/2020/10/08/reversing-the-inequality-pandemic-speech-by-world-bank-group-president-david-malpass>
- 37 Para obter mais detalhes sobre o impacto global na desigualdade, consulte o Capítulo 2 do relatório global do CRI: M. Martin, M. Lawson, J. Walker and N. Abdo. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19: The Commitment to Reducing Inequality Index 2020*. Oxford: Oxfam e DFI. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/fighting-inequality-in-the-time-of-covid-19-the-commitment-to-reducing-inequality-621061>
Consulte também E. Berkhout, N. Galasso, M. Lawson, P.A. Rivero Morales, A. Taneja e D.A. Vázquez Pimentel. (2021). *The Inequality Virus: Bringing Together a World Torn Apart by Coronavirus Through a Fair, Just and Sustainable Economy*. Oxfam. <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-virus>
- 38 C. Lakner, N. Yonzan, D. Gerszon Mahler, R.A. Castaneda Aguilar and H. Wu. (2021, 11 de janeiro). *Updated Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty: Looking Back at 2020 and the Outlook for 2021*. Blog de dados do Banco Mundial. <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021>
- 39 Consulte o Capítulo 1 do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). (2021). *African Economic Outlook 2021: From Debt Resolution to Growth: The Road Ahead for Africa*. <https://www.afdb.org/en/knowledge/publications/african-economic-outlook>
- 40 Oxfam. (2021, 12 de agosto). *One-off Emergency Tax on Billionaires' Pandemic Windfalls Could Fund COVID-19 Jobs for Entire World*. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/one-emergency-tax-billionaires-pandemic-windfalls-could-fund-covid-19-jobs-entire>
- 41 FMI. (2020a). *World Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent*. Edição de outubro. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>
Consulte também: G. Cugat e F. Narita. (2020, 29 de outubro). *How COVID-19 Will Increase Inequality in Emerging Markets and Developing Economies*. Blog do FMI. <https://blogs.imf.org/2020/10/29/how-covid-19-will-increase-inequality-in-emerging-markets-and-developing-economies/>
- 42 N. Yonzan, C. Lakner, D. Gerszon Mahler, R.A. Castaneda Aguilar and H. Wu. (2020, 9 de novembro). *The Impact of COVID-19 on Global Poverty Under Worsening Growth and Inequality*. Blog de dados do Banco Mundial. <https://blogs.worldbank.org/opendata/impact-covid-19-global-poverty-under-worsening-growth-and-inequality>
- 43 Our World in Data. (2022, 30 de março). *Coronavirus (COVID-19) Deaths*. <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. A Tanzânia é omitida dos números porque o governo proibiu a notificação de mortes relacionadas com a COVID entre maio de 2020 e agosto de 2021, portanto, não estão disponíveis dados fidedignos.
- 44 Isto é estimado comparando o crescimento real do PIB previsto pelo FMI para 2020 antes da crise da COVID-19 (a partir de outubro de 2019) com os números reais de crescimento real do PIB da região para 2020 (a partir de abril de 2021). A diferença é considerada como representativa da perda econômica para a região. Os dados para as previsões de 2019 são do FMI. (2019a). *Sub-Saharan Africa Regional Economic Outlook: Navigating Uncertainty*. <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2019/10/01/sreo1019>. Os dados de 2021 são do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 45 Todos os dados do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 46 J. Ray. (2021, 3 de maio). *COVID-19 Put More Than 1 Billion Out of Work*.
- 47 Dados dos estudos Round 8 conduzidos pela Afrobarometer, disponíveis em https://afrobarometer.org/publications?field_author_value=Stitle=round+8&field_publication_type_tid=437&field_publication_country_nid=All&field_language_tid=All. Os quatro países foram África do Sul, Zimbábue, Zâmbia e Maurícias. A parcela daqueles que relataram perder um emprego, negócio ou fonte de rendimento foi maior no Zimbábue (47%) e menor nas Maurícias (24,5%).
- 48 I. Strauss, G. Isaacs, and J. Rosenberg. (2021). *The Effect of Shocks to GDP on Employment in SADC Member States During COVID-19 Using a Bayesian Hierarchical Model*.
- 49 H. Karas e M. Dooley. (2021). *Extreme Poverty in the Time of COVID-19*. Grupo de especialistas interagências virtuais da ONU. https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2021/05/KHARAS_paper1.pdf

- 50 Veja, por exemplo, as projeções económicas globais da OCDE, nas quais o cenário base estima a recuperação em 2021, mas o cenário mais negro estima que isso se prolongue até ao final de 2022: OCDE. (2021). *Strengthening the Recovery: The Need for Speed. Relatório provisório de março de 2021*. <http://www.oecd.org/economic-outlook> Veja também as previsões do FMI e do Banco Mundial, que indicam que os níveis do PIB permanecerão cerca de 3 a 5% abaixo das projeções pré-pandemia no final de 2021: FMI. (2021d). *World Economic Outlook Update: Policy Support and Vaccines Expected to Lift Activity*. Atualização de janeiro. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/01/26/2021-world-economic-outlook-update> Banco Mundial. (2021). *Perspectivas económicas globais: Janeiro de 2021*. <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>
- 51 Dados de Our World in Data. (2022) *Coronavirus (COVID-19) Vaccinations*.
- 52 FMI. (2020b). *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2020/10/22/regional-economic-outlook-sub-saharan-africa>
- 53 Isto é baseado na análise dos dados da Forbes de 18 de março de 2020 a 30 de setembro de 2021 para cinco multimilionários que estão em ambas as listas: Koos Bekker, Nicky Oppenheimer e família e Patrice Motsepe, todos da África do Sul, e Mohammed Dewji e Strive Masiyiwa da Tanzânia e Zimbabwe, respetivamente. Recém-chegados ou indivíduos que saíram da lista de multimilionários da Forbes entre os dois períodos não estão incluídos.
- 54 A cobertura de pensão é utilizada como um proxy porque os dados sobre a cobertura geral de proteção social não estão disponíveis para todos os países.
- 55 Dados dos gastos dos países da África Ocidental retirados da DFI/Oxfam. (2021). *The West Africa Inequality Crisis: Fighting Austerity and the Pandemic: October 2021*. <https://www.inequalityindex.org/#/>. Dados de economias avançadas retirados do FMI (2021c) *COVID-19 Fiscal Response Database: October 2021*. <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19>
- 56 Os dados dos gastos dos países da SADC são retirados do programa do FMI ou dos documentos do Artigo IV para cada país durante 2020–21, bem como dos documentos orçamentais nacionais de 2020 e 2021, e complementados, quando necessário, pelo FMI. (2021e). *Policy Responses to COVID-19*. <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#U>.
- 57 FMI. (n.d.). *IMF Country Information*. <https://www.imf.org/en/Countries>. Para fontes mais detalhadas, consulte os perfis dos países que acompanham este relatório.
- 58 Consulte U. Gentilini, M. Almenfi, I. Orton e P. Dale. (2020). *Social Protection and Jobs Responses to COVID-19: A Real-Time Review of Country Measures – December 11 Update*. Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33635>
- 59 Dados dos estudos Round 8 conduzidos pela Afrobarometer, disponíveis em https://afrobarometer.org/publications?field_author_value=&title=round+8&field_publication_type_tid=437&field_publication_country_nid=All&field_language_tid=All. Os quatro países foram África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia e Maurícias.
- 60 FMI/Banco Mundial. (n.d.) *Debt Sustainability Analyses 2020–21*. <https://www.imf.org/en/publications/dsa>
- 61 As fontes de dados são as últimas análises de sustentabilidade da dívida conduzidas pelo FMI e pelo Banco Mundial; consulte <https://www.worldbank.org/en/programs/debt-toolkit/dsa> ou <https://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/lic.aspx>. Para o Botswana, Eswatini, Lesoto, Maurícias, Namíbia, Seychelles e África do Sul, estas foram complementadas pela análise dos documentos orçamentais de 2019, 2020 e 2021.
- 62 FMI. (2021b). *World Economic Outlook Database: April 2021*. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April>
- 63 Para obter mais detalhes, consulte FMI. (2021f). *COVID-19 Financial Assistance and Debt Service Relief*. <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/COVID-Lending-Tracker>
- 64 Para obter mais detalhes, consulte Banco Mundial. (2021, 17 de setembro). *COVID 19: Debt Service Suspension Initiative*. <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>. Seis países da SADC não seriam elegíveis para o DSSI porque o seu nível de PIB é demasiado alto.
- 65 Consulte G20. (2021). *G20 Common Framework for Debt Burden Relief Dialogues for Low-Income Countries*. <https://www.g20.org/g20-common-framework-for-debt-burden-relief-dialogues-for-low-income-countries.html>
- 66 Christian Aid, Global Justice Now, Jubilee Debt Campaign and Oxfam. (2020). *Passing the Buck on Debt Relief: How the Failure of the Private Sector to Cancel Debts is Fuelling a Crisis Across the Developing World*. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621026/mb-passing-buck-debt-relief-private-sector-160720-en.pdf>
- 67 Para obter descrições detalhadas desses mandatos e declarações sobre os compromissos do FMI e do Banco Mundial com a redução da desigualdade, consulte: New Rules for Global Finance. (2013). *Global Financial Governance and Impact Report 2013*. https://new-rules.org/storage/documents/global_financial_governance__impact%20report_2013%20.pdf
- 68 Para mais detalhes, consulte os perfis dos países que acompanham este relatório.
- 69 FMI. (2021d, 2 de agosto). *IMF Governors Approve a Historic US\$650 Billion SDR Allocation of Special Drawing Rights*. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/07/30/pr21235-imf-governors-approve-a-historic-us-650-billion-sdr-allocation-of-special-drawing-rights>
- 70 Cálculos da Oxfam. Veja também a alocação de DSE por país. FMI (2021e, 23 de agosto). *2021 General SDR Allocation: Special Drawing Rights*. <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right/2021-SDR-Allocation>
- 71 Para mais detalhes sobre os problemas com a abordagem proposta e propostas sobre como a melhorar, consulte a carta de várias agências, *Open Letter to G20 Finance Ministers, Central Bank Governors and the IMF: Civil Society Organizations Call for Quick Special Drawing Rights Allocation*, 18 de abril de 2021, disponível em: <https://gcap.global/news/open-letter-to-g20-finance-ministers-and-the-imf-civil-society-organizations-call-for-quick-special-drawing-rights-allocation>
- 72 Latindadd. (2021, 12 de fevereiro). *Civil Society Organizations Call for Quick Special Drawing Rights Allocation*. <https://www.latindadd.org/2021/02/12/civil-society-organizations-call-for-quick-special-drawing-rights-allocation>
- 73 Vários órgãos globais pediram a emissão urgente de até 3 biliões de dólares em DSE, incluindo: E. Macron, A. Merkel, M. Sall, A. Guterres, C. Michel and U. von der Leyen. (2021, 3 de fevereiro). *Multilateral Cooperation for Global Recovery*. Project Syndicate. <https://www.project-syndicate.org/commentary/multilateralism-for-the-masses-by-emmanuel-macron-et-al-2020-02>; Intergovernmental Group of Twenty-Four on International Monetary Affairs and Development. (2020, 13 de outubro). Unnamed communiqué. <https://www.g24.org/wp-content/uploads/2020/10/G-24-Communique-Final-Annual-Meetings-2020.pdf>; UN Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2020). *Trade and Development Report 2020: From Global Pandemic to Prosperity for All: Avoiding Another Lost Decade*. <https://unctad.org/webflyer/trade-and-development-report-2020>

- 74 Com base numa análise de todos os documentos de programas nacionais, sejam programas de emergência, como a Linha de Crédito Rápido e o Instrumento de Financiamento Rápido, ou programas de longo prazo, como a Linha de Crédito Alargado e Instrumentos de Apoio a Políticas. Os documentos individuais podem ser encontrados em <https://www.imf.org/en/countries>. Para referências aos documentos individuais, consulte os resumos dos países que acompanham este relatório.
- 75 Para as sugestões do FMI sobre política tributária para recuperação da COVID-19, consulte R. de Mooij, R. Fenochietto, S. Hebous, S. Leduc e C. Osorio-Buitron. (2020). *Tax Policy for Inclusive Growth after the Pandemic*. FMI. <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/covid19-special-notes/en-special-series-on-covid-19-tax-policy-for-inclusive-growth-after-the-pandemic.ashx>
- 76 <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2021/07/28/Democratic-Republic-of-the-Congo-Request-for-a-Three-Year-Arrangement-Under-the-Extended-462901>
- 77 Com base numa análise do Diagnóstico Sistemático de País do Banco Mundial conduzida para este artigo. Os ODS estão disponíveis em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23099>. Para referências aos documentos individuais, consulte os resumos dos países que acompanham este relatório.
- 78 Botswana, Eswatini, Lesoto, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia. Estas análises foram conduzidas em conjunto com o Commitment to Equity Institute da Tulane University. As análises dos países estão disponíveis em <https://commitmenttoequity.org>
- 79 Observe que o Doing Business deixará de ser publicado. I. Richards. (2021, 24 de setembro). *With the World Bank's "Doing Business" Out of Business, What Should Come Next?* Inter Press Service. <https://www.ipsnews.net/2021/09/world-banks-business-business-come-next>. Consulte https://new-rules.org/storage/documents/global_financial_governance_impact%20report_2013%20.pdf para uma discussão anterior sobre como o Doing Business recompensou as principais medidas regressivas de política fiscal e trabalhista.
- 80 FMI. *Labour Market Reforms Options to Boost Employment in South Africa*. IMF Working Paper 21/165.
- 81 Consulte o Capítulo 2 de M. Martin et al. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19*.
- 82 K. Malouf Bous, A. Marriott, E. Seery e R. Shadwick. (2020). *From Catastrophe to Catalyst: Can the World Bank Make COVID-19 a Turning Point for Building Universal and Fair Public Healthcare Systems?* Oxford: Oxfam. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/from-catastrophe-to-catalyst-can-the-world-bank-make-covid-19-a-turning-point-f-621113>
- 83 Consulte, por exemplo, C. Andrews, A. de Montesquiou, I. Arevalo Sanchez, P.V. Dutta, B.V. Paul, S. Samaranayake, J. Heisey, T. Clay e S. Chaudhary. (2021). *The State of Economic Inclusion Report 2021: The Potential to Scale*. Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34917>
- 84 Para os discursos, consulte, por exemplo: L. Elliott. (2020, 29 de setembro). *IMF Chief: Covid Will Widen Inequality Without Global Action*. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/business/2020/sep/29/imf-chief-covid-inequality-kristalina-georgieva>; Banco Mundial. (2020, 12 de dezembro). *Remarks by World Bank Group President David Malpass at the Climate Ambition Summit 2020*. <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2020/12/12/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-at-the-climate-ambition-summit-2020>
- 85 Isto é calculado a partir das projeções do FMI das despesas gerais do governo como uma percentagem do PIB, comparando os números de 2020 com 2021, e convertido em valores em dólares por comparação com o PIB nos preços atuais. Dados do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 86 Isto é baseado num programa de duas doses com um custo estimado de 7 dólares por cada dose para os 363,4 milhões de cidadãos da região. O custo estimado de entrega das vacinas é baseado numa estimativa da OMS; consulte Reuters. (2021, 28 de abril). *Donate \$7 for a COVID-19 Vaccine to Help End Pandemic, WHO Urges*. Os dados populacionais são para 2020 do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*.
- 87 A RDC implementou enormes cortes orçamentais de 1,9% do PIB em 2020. No caso da Tanzânia, os planos de despesas mudaram drasticamente desde abril de 2021, porque o governo introduziu pela primeira vez um plano de gastos anti-COVID no final de 2021 e solicitou financiamento de emergência do FMI para o apoiar. Portanto, as despesas previstas têm em conta o exercício orçamental 2021/22 como a sua linha de base, em que o envio aumentará em 1,6% do PIB, período após o qual as despesas/PIB cairão em 2022/26.
- 88 Isto é calculado a partir das projeções do FMI das despesas gerais do governo como uma percentagem do PIB, comparando os números de 2022–26 com os níveis de despesa em 2021 e convertendo-os em valores em dólares por comparação com o PIB nos preços atuais. Os dados são do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*. A projeção da nova despesa pública de saúde per capita do governo é baseada na soma das despesas de saúde per capita atuais e no corte médio anual de despesas para os cinco anos entre 2022 e 2026. As despesas gerais do governo per capita da Base de Dados de Despesas Globais de Saúde da OMS foram utilizadas para chegar às despesas gerais de saúde do governo (dólares nominais a preços correntes).
- 89 FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: October 2021*. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/October>
- 90 N. Tamale. (2021). *Adding fuel to fire: How IMF demands for austerity will drive up inequality worldwide*. Oxfam. DOI: 10.21201/2021.7864. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/adding-fuel-to-fire-how-imf-demands-for-austerity-will-drive-up-inequality-worl-621210/>
- 91 D. Furceri, P. Loungani, J. David Ostry e P. Pizzuto. (2021, 30 de abril). *The Rise in Inequality After Pandemics: Can Fiscal Support Play a Mitigating Role?* Documento de trabalho do FMI 21/120. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/04/30/The-Rise-in-Inequality-after-Pandemics-Can-Fiscal-Support-Play-a-Mitigating-Role-50287>
- 92 Consulte World Bank. (2020). *Poverty and Shared Prosperity 2020 – Reversal of Fortune*. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34496/9781464816024.pdf>
- 93 I. Ramdoo. (2020). *The Impact of COVID-19 on Employment in Mining*.
- 94 United Nations Economic Commission for Africa. (2020). *Socio Economic Impact of COVID-19 in Southern Africa*. Disponível em https://www.uneca.org/sites/default/files/COVID-19/Presentations/socio-economic_impact_of_covid-19_in_southern_africa_-_may_2020.pdf
- 95 Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativa, Moçambique.
- 96 I. Ramdoo. (2020). *The Impact of COVID-19 on Employment in Mining*. IGF. Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável. <https://www.iisd.org/publications/brief/impact-covid-19-employment-mining>
- 97 D.A. Williams e K. Dupuy. (2016). *At the extremes: Corruption in natural resource management revisited*. U4 Anti-Corruption Resource Centre, CHR. Institute Michelsen. <https://www.cmi.no/publications/5950-at-the-extremes-corruption-in-natural-resource>

- 98 S.P. Freedberg, et al. (2020). *How Africa's richest woman exploited family ties, shell companies and inside deals to build an empire*. Luanda Leaks. Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação. <https://www.icij.org/investigations/luanda-leaks/how-africas-richest-woman-exploited-family-ties-shell-companies-and-inside-deals-to-build-an-empire/>
- 99 União Africana. (2010). *Africa Mining Vision*. <https://au.int/en/ti/amv/about>
- 100 Aviso de Imposto sobre o Rendimento (isenção de Imposto sobre o Rendimento) [Great Dyke Investments (Private) Limited] de 2021. https://www.veritaszim.net/sites/veritas_d/files/SI%202021-026%20Income%20Tax%20%28Exemption%20from%20Income%20Tax%29%20%28Great%20Dyke%20Investments%20%28Private%29%20Limited%29%20Notice%2C%202021.pdf
- 101 Southern Africa Resource Watch. (15 de fevereiro de 2021). *Zimbabwe Civil Society Calls for Transparency in the Granting of Tax Incentives in the Platinum Sector*. Comunicado de imprensa. <https://www.sarwatch.co.za/press-release-zimbabwe-civil-society-calls-for-transparency-in-the-granting-of-tax-incentives-in-the-platinum-sector/>
- 102 D. Mulé and M. Nsenduluka. (2021). *Potencial Evasão Fiscal Empresarial no Setor Mineiro da Zâmbia? Estimating Tax Revenue Gains from Addressing Profit Shifting or Revising Profit Allocation Rules: A Case Study of Glencore and Mopani Copper Mines*. Oxfam America-ca. <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/potential-corporate-tax-avoidance-in-zambias-mining-sector/>
- 103 F. Njini and G. Maravyanyika. (24 de novembro de 2020). *Zimbabwe Gold Smugglers Shipping Over \$1.5 Billion a Year*. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-11-24/zimbabwe-gold-smugglers-estimated-to-ship-1-5-billion-a-year>
- 104 H. Halland, et al. (2014). *Resource Financed Infrastructure: A Discussion on a New Form of Infrastructure Financing*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0239-3>
- 105 D. Mihalyi, et al. (2020). *Resource-Backed Loans: Pitfalls and Potential*. Instituto de Governação de Recursos Naturais. <https://resourcegovernance.org/analysis-tools/publications/resource-backed-loans-pitfalls-potential>
- 106 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Grupo de Trabalho sobre Indústrias Extrativas, Ambiente e Violações dos Direitos Humanos. <https://www.achpr.org/specialmechanisms/detail?id=13>
- 107 A. Mukpo. (26 de abril de 2021). *Gas fields and jihad: Mozambique's Cabo Delgado becomes a resource-rich war zone*. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2021/04/gas-fields-and-jihad-mozambiques-cabo-delgado-becomes-a-resource-rich-war-zone/>
- 108 Um sistema feudal que permitia aos trabalhadores agrícolas trabalhar sem remuneração em troca de um pedaço de terra para assentar, cultivar colheitas e criar um número limitado de animais numa quinta de *umnumzane*.
- 109 L. Ledwaba. (27 de julho de 2018). *Scramble for minerals leaves rural families homeless*. *Mail & Guardian*. <https://mg.co.za/article/2018-07-27-00-scramble-for-minerals-leaves-rural-families-homeless/>
- 110 M. Martin et al. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19*.
- 111 Para o conjunto completo das demonstrações analíticas subjacentes à escolha de políticas para o índice, consulte: M. Martin et al. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19*; and M. Martin, J. Walker and M. Lawson. (2021). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2020: Methodology Note*. Oxford: Oxfam and DFI. Ambos disponíveis em <https://policy-practice.oxfam.org/resources/fighting-inequality-in-the-time-of-covid-19-the-commitment-to-reducing-inequali-621061>. Para uma discussão completa das evidências de que a ação nestas três áreas tem uma grande influência sobre a desigualdade, consulte M. Lawson e M. Martin. (2018). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2018*.
- 112 Para obter detalhes sobre essas alterações de metodologia, consulte M. Martin et al. (2020). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2020*.
- 113 Mais detalhes sobre as definições dos indicadores e fontes de dados podem ser encontrados no documento de metodologia no site do CRI em www.inequalityindex.org
- 114 Os dados públicos disponíveis eram insuficientes para incluir as Comores no CRI 2020.
- 115 Os relatórios dos países estão disponíveis em <http://www.inequalityindex.org/#/countryProfiles>
- 116 O índice inclui 47 dos 54 países de África: Comores, Guiné Equatorial, Eritreia, Gabão, Líbia, Somália e Sudão são omitidos devido à falta de dados.
- 117 As pontuações de todos os indicadores individuais são padronizadas entre zero (pior) e 1 (melhor), para que cada país possa ser comparado com outros de forma justa em todos os indicadores e reflita totalmente os sucessos e deficiências em cada indicador. Isto significa que nenhuma região ou país obtém uma pontuação perfeita, já que nenhum país está a adotar respostas políticas perfeitas à desigualdade.
- 118 Medido pela redução de Gini de rendimento de mercado para rendimento após proteção social e serviços públicos.
- 119 M. Martin, M. Lawson, N. Abdo, D. Waddock, J. Walker. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19: The Commitment to Reducing Inequality Index 2020*.
- 120 O Índice Universal de Cobertura de Saúde do ODS 3.8.1 analisa o acesso a serviços essenciais, incluindo saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade e acesso aos serviços, entre as populações em geral e as mais desfavorecidas. O indicador COOP do ODS 3.8.2 é medido por aqueles que gastam 10% do orçamento familiar em cuidados de saúde.
- 121 Os dados do Malawi são de 2016, retirados da OIT. (2017). *World Social Protection Report 2017-19: Universal Social Protection to Achieve the Sustainable Development Goals*. https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_604882/lang--en/index.htm Estimativas de cobertura mais amplas do *ILO World Social Protection Data Dashboard: Malawi* (<https://www.social-protection.org/gimi/WSPDB.action?i=13>) mostram que, devido a benefícios para crianças e portadores de deficiência, a proporção geral da população que recebe pelo menos um benefício de proteção social pode chegar a 21,3%.
- 122 Consulte M. Martin et al. (2020). *Fighting Inequality in the Time of COVID-19*.
- 123 Para obter mais detalhes sobre estes estudos e a metodologia, consulte o site da University of Tulane Commitment to Equity Institute em <https://commitmenttoequity.org>
- 124 M.K. Dodo. (2020). *Understanding Africa's Food Security Challenges* in B. Mahmoud (ed.). (2020). *Food Security in Africa*. IntechOpen. <https://www.intechopen.com/books/8063>
- 125 Banco Mundial. (n.d.). *Agriculture, Forestry, and Fishing, Value Added (% of GDP)*. <https://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.ZS>
- 126 ILO. (n.d.). *Country Profiles*. <https://ilostat.ilo.org/data/country-profiles>

- 127 African Union Commission and NEPAD Planning and Coordinating Agency. (2015). *The CAADP Results Framework 2015–2025: “Going for Results and Impacts”*. https://au.int/sites/default/files/documents/31250-doc-the_caadp_results_framework_2015-2025_english_edited_1-1.pdf
- 128 Consulte a World Inequality Database. (2021). *A Wealth Tax for South Africa*. <https://wid.world/news-article/a-wealth-tax-for-southafrica/#:~:text=A%20wealth%20tax%20is%20one%20policy%20tool%2C%20among%201.5%25%20and%203.5%25%20of%20the%20South%20African%20GDP>. Em outubro de 2020, o Conselho Consultivo Econômico do Presidente também recomendou uma sobretaxa de solidariedade de três anos nos níveis mais altos do imposto sobre o rendimento e maiores taxas imobiliárias sobre heranças para financiar a recuperação pós-COVID. Consulte A. Sguazzin. (2020, 12 de outubro). *President’s Advisory Council Warns Debt Targets Will not be Met Amid Covid Fallout*. Business Day. <https://www.businesslive.co.za/bd/economy/2020-10-12-presidents-advisory-council-warns-debt-targets-will-not-be-met-amid-covid-fallout>
- 129 Isto é calculado utilizando a receita geral do governo (percentagem do PIB) para 2021 e convertendo-a em dólares por comparação com o PIB aos preços atuais e calculando a quanto mais um ponto percentual corresponderia. Os dados sobre a receita geral do governo são do FMI. (2021a). *World Economic Outlook Database: April 2021*. O financiamento da educação por criança do ensino básico para 2021 foi estimado com base nas estimativas da UNESCO e adotado para um país de rendimento médio-baixo. Consulte UNESCO. (2015). *Pricing the Right to Education: The Cost of Reaching New Targets by 2030*. <https://en.unesco.org/gem-report/node/819>.
- 130 Com base nos estudos Round 8 da Afrobarometer na África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Maurícias, Malawi, Lesoto, Namíbia e Botswana.
- 131 Consulte M. Martin et al. (2021). *The Commitment to Reducing Inequality Index 2020: Methodology Note*.
- 132 A. Chatterjee, L. Czajka e A. Gethin. (2021). *A Wealth Tax for South Africa*. Documentos de trabalho do PSE. <https://ideas.repec.org/p/hal/psewpa/halshs-03131182.html>
- 133 Para o cálculo do imposto sobre o património, consulte a World Inequality Database. (2021). *A Wealth Tax for South Africa*. O impacto potencial nos orçamentos de saúde e proteção social é baseado nos números da base de dados CRI para despesas de saúde e proteção social em 2019.
- 134 Para o IVA, a base tributária assumida é o consumo privado. Contudo, não estão disponíveis dados fiáveis sobre rendimentos individuais ou lucros corporativos como base tributária para IRS e IRC, pelo que utilizamos o PIB menos o consumo como base para isso.
- 135 FMI. (2021g). *Democratic Republic of the Congo: Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Credit Facility; Review of Performance Under the Staff Monitored Program—Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for the Democratic Republic of Congo*. <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2021/07/28/Democratic-Republic-of-the-Congo-Request-for-a-Three-Year-Arrangement-Under-the-Extended-462901>, Table 2b.
- 136 Consulte, por exemplo, M. Hearson. (2015). *Tax Treaties in sub-Saharan Africa: A Critical Review*. Tax Justice Network – Africa. http://eprints.lse.ac.uk/67903/1/Hearson_Tax_treaties_in_sub-Saharan_Africa.pdf
- 137 A. Chatterjee et al. (2021). *A Wealth Tax for South Africa*.
- 138 Para obter mais detalhes sobre estes estudos e a metodologia, consulte o site da University of Tulane Commitment to Equity Institute em <https://commitmenttoequity.org>
- 139 Consulte a Global Labour University e o Center for Global Workers’ Rights na Penn State University. (n.d.). *Labour Rights in Law and Practice*. <http://labour-rights-indicators.la.psu.edu/countries>
Na altura da compilação do CRI de 2020, a última avaliação disponível era para 2017. As avaliações para 2018 e 2019 deverão ser carregadas em breve.
- 140 Disponível no site da OIT: https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer29/?lang=en&segment=indicator&id=LAP_2LID_QTL_DT_A
- 141 Para obter mais detalhes sobre estes índices, consulte <https://survey.internationalbudget.org/#home> e <https://www.transparency.org/en/cpi/2020/index>. Os dados utilizados de ambos os índices são os de 2019, para corresponder aos dados do CRI.
- 142 O CPI inclui todos os países do CRI, à exceção de Antígua e Barbuda, Belize, Egito, Fiji, o Território Palestino Ocupado (OPT) e Samoa. O OBI inclui todos os países do CRI, à exceção de Antígua e Barbuda, Arménia, Áustria, Bahamas, Bahrein, Barbados, Bielorrússia, Bélgica, Belize, Butão, Cabo Verde, República Centro-Africana, Congo, Chipre, Dinamarca, Djibuti, Estónia, Etiópia, Finlândia, Grécia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Hong Kong, Islândia, Irlanda, Israel, Laos PDR, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Maldivas, Malta, Mauritânia, Maurícias, Países Baixos, Macedónia do Norte, DPT, Omã, Panamá, Samoa, Seychelles, Singapura, Ilhas Salomão, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suíça, Togo, Uruguai, Uzbequistão e Vanuatu.
- 143 Disponível em <https://www.inequalityindex.org/#/countryProfiles>
- 144 Consulte SADC. (n.d.) *Vision, Mission, and Mandate*. <https://www.sadc.int/sadc-secretariat/vision-mandate/#:~:text=The%20Mandate%20of%20the%20SADC%20Secretariat%2C%20as%20outlined,and%20council%3B%20organisation%20and%20management%20of%20SADC%20Meetings%3B>
- 145 The *SADC Regional Indicative Strategic Development Plan 2020-2030*, which was signed by member states in February 2021. <https://www.sadc.int/documents-publications/key-strategies>

© Oxfam International maio 2022

Este relatório foi escrito por Matthew Martin. A Oxfam, a DFI e a Norwegian Church Aid reconhecem a assistência de Anthony Kamande, Romão Xavier, Dailes Judges, Daud Kayisi, Mathias Kafuda, Helen Bunting, Helen Wishart e Max Lawson da Oxfam e de Kjetil Abildsnes, Silje Margrete Ander, Felix Ngosa e Nelson Joao da Norwegian Church Aid na sua produção.

A Norwegian Church Aid é uma organização ecuménica diaconal para a justiça global que trabalha com parceiros em mais de 22 países. Trabalhamos para ajudar os mais pobres e necessitados, independentemente da sua crença, raça, filiação política ou religiosa.
<https://www.kirkensnodhjelp.no/en/>.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste artigo, envie um email para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação tem direitos de autor, mas o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de advocacia, campanha, educação e investigação, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. O titular dos direitos de autor solicita que toda a utilização seja registada junto do mesmo para efeitos de avaliação de impacto. Para cópia em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização noutras publicações, ou para tradução ou adaptação, deverá ser obtida permissão e poderá ser cobrada uma taxa.
Email policyandpractice@oxfam.org.uk.

A informação contida nesta publicação está correta no momento em que foi para a imprensa.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam International sob o ISBN 978-1-78748-925-7 em maio de 2022. DDI: 10.21201/2022.8793

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Development Finance International

O Development Finance International é um grupo sem fins lucrativos de capacitação, advocacia, aconselhamento e investigação que trabalha com mais de 50 governos, instituições internacionais e organizações da sociedade civil em todo o mundo para ajudar a financiar o desenvolvimento para combater a pobreza e a desigualdade. Para mais detalhes, consulte www.development-finance.org e www.governmentspendingwatch.org

Fotos

Foto de capa: Martha com o seu bebé no seu pequeno terreno de cultivo em Phalombe, no Malawi. Na altura em que esta fotografia foi tirada, a família de Martha tinha sido gravemente afetada pela seca na sua comunidade e enfrentava uma escassez de alimentos como resultado de uma colheita fraca.

Foto: Aurelie Marrier d'Unienville/Oxfam AUS.

Página 4: Francisca, na RDC, utiliza o kit que recebeu da Oxfam para lavar as mãos. "A água é um problema na comuna de Kinshasa", afirma. "Graças a esta lata, posso reservar uma grande quantidade para preparar a minha abóbora e o sabão ajuda-me a lavar as mãos para evitar a Covid e fazer as tarefas domésticas".

Foto: Anastasie Langu/Oxfam.

Página 22: Louvada seja Nsema na sua pré-escola em Kambuwe, Mchinji, no Malawi. Foto: Håvard Bjelland/NCA 2021.s

Página 24: Um retrato de Sarah perto do seu campo em Nyanyadzi, Chimanimani, no Zimbabué. A Sarah cultiva há 25 anos. "Muita coisa mudou desde que comecei a cultivar. A chuva agora chega tarde. Não há água suficiente." Foto: Cynthia Matonhodze/Oxfam.

Página 26: Cecilia está em frente ao que restou do edifício principal da sua propriedade numa aldeia no sul do Malawi. A casa onde vivia com os seus seis filhos e dois netos desmoronou-se nas inundações causadas pelo ciclone Idai. Foto: Philip Hatcher-Moore/Oxfam.

Página 33: Em Moçambique, as quintas de Rita e Fátima e toda a sua aldeia foram varridas pelas cheias causadas pelo ciclone Idai. Foto: Elena Heatherwick/Oxfam.

Página 40: Verónica na sua quinta em Lusaka, Zâmbia, preparando o terreno para a plantação de caules de mandioca.

Foto: Loliwe Phiri/Oxfam.

Oxfam

A Oxfam é uma confederação internacional de 21 organizações, trabalhando com os seus parceiros e aliados, alcançando milhões de pessoas em todo o mundo. Juntos, enfrentamos as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça, agora e a longo prazo - para um futuro de igualdade. Para mais informações, escreva a qualquer uma das agências ou visite www.oxfam.org

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)

Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam Bélgica (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam Colômbia (lac.oxfam.org/countries/colombia)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam IBIS (Dinamarca) (www.oxfamibis.dk)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam México (www.oxfamMexico.org)

Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)

KEDV (www.kedv.org.tr)